



**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90059/2026**  
**(Lei 14.133/2021)**

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO	UNIDADE GESTORA (UASG): 926495	
PROCESSO Nº: 2026/039547	CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO	
MODO DE DISPUTA: ABERTO	REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Unitário	
EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADA: NÃO		
ORÇAMENTO SIGILOSO: NÃO		
FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado através do Banco do Brasil, conforme disposto no Decreto Estadual nº 62.867/2017		
OBJETO		
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicação de aviso de licitações, sob demanda, no formato impresso, com versão digital, em jornal diário de grande circulação, para atendimento das necessidades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), conforme documentação constante nos Anexos e demais condições estabelecidas no <b>Anexo I - Termo de Referência</b> - parte integrante deste edital.		
PRAZOS		
DATA DO INÍCIO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:	A partir da divulgação no PNCP	
SESSÃO PÚBLICA		
LOCAL	DATA	HORA
www.compras.gov.br	30/06/2026	11:00



### DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

O Edital está disponível no **Portal Nacional de Contratações Públicas** (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), no **Portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** (<https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl>), e no Portal de Compras do Governo Federal – ([www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br))

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Provimento CSM nº 2.724/2023	<a href="https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/213357">https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/213357</a>
Instrução Normativa nº 17/2025	<a href="https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/231240">https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/231240</a>
Instrução Normativa nº 21/2026	<a href="https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/240653">https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/240653</a>
Resolução CNJ nº 7/2005	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/187">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/187</a>
Resolução CNJ nº 9/2005	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=189">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=189</a>
Resolução CNJ nº 181/2013	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=1873">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=1873</a>
Resolução CNJ nº 229/2016	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2300">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2300</a>
Resolução CNJ nº 351/2020	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557</a>
Resolução CNJ nº 400/2021	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3986">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3986</a>

Torna-se público que o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por meio do Portal de Compras do Governo Federal, realizará licitação na modalidade “**PREGÃO**”, na forma “**ELETRÔNICA**”, critério de julgamento “**MENOR PREÇO**”, modo de disputa “**ABERTO**”, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Provimento CSM nº 2724/2023 e Instrução Normativa nº 17/2025 e 21/2026, desta Corte, Resoluções do Conselho Nacional de Justiça nºs 7/2005, 9/2005, 181/2013, 229/2016, 351/2020 e 400/2021, além das regulamentações estaduais, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte integrante para todos os fins de direito:

Anexo	Descrição
<b>Anexo I</b>	<b>Termo de Referência</b>
Anexo I-A	Modelo de Anúncio
Anexo I-B	Declaração de Comprovação de Tiragem



Anexo I-C	Planilha de Formação de Preços
Anexo II	Declaração Unificada – Lei 14.133/2021
Anexo III	Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados
Anexo IV	Relatório de resultado da Pesquisa de Preços
Anexo V	Minuta de Contrato a ser celebrado

## 1. DO OBJETO

**1.1.** O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicação de aviso de licitações, sob demanda, no formato impresso, com versão digital, em jornal diário de grande circulação, para atendimento das necessidades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), conforme documentação constante nos Anexos e demais condições estabelecidas no **Anexo I - Termo de Referência** - parte integrante deste edital.

**1.2. Catálogo de Serviços (CatSer): 4227** – Publicação Legal / Editais

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no **item 2.1** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.
- 2.5.1.** A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo apresentar a Declaração Unificada, conforme consta no modelo do **Anexo II**.
- 2.6.** O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

### 3. DO IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1.** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
- 3.1.1.** Aquela que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
- 3.1.2.** Empresas em consórcio, qualquer que seja a forma de sua constituição;
- 3.1.3.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, o que inclui:
- 3.1.3.1.** impedimento para licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo;
- 3.1.3.2.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos;
- 3.1.3.3.** licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

- 3.1.4.** Aquela que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.1.5.** Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;
- 3.1.6.** Terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
- 3.1.7.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.1.8.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2.1. Em atendimento ao subitem 5.7.2 do edital, no encerramento da etapa de negociação, e antes da aceitabilidade do preço, será solicitado(a) pelo(a) Pregoeiro(a) à empresa que ofertou o menor lance:**
- 4.2.1.1.** Planilha de Formação de Preços, conforme modelo **Anexo I-C**.

- 4.2.1.2.** Indicação do nome do jornal em que serão publicados os anúncios, de acordo com o item 2.3.2 do **Anexo I**;
- 4.2.1.3.** Declaração, conforme solicitado no item 4.1.4.1 do **Anexo I**; e
- 4.2.1.4.** Identificação do caderno a ser utilizado para as publicações.
- 4.3.** No cadastramento da proposta inicial, em campo próprio do sistema, deverão ser preenchidas as declarações exigidas dos licitantes.
- 4.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;
- 4.5.3.** não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. Na hipótese de se verificar a exceção especificada neste **item 4.5.3**, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.6.** A falsidade da declaração de que trata os **itens 4.3 a 4.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e,
- 4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e,
- 4.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9 não terá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação.
- 4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.14. Ao formular a proposta de preço, o licitante deverá indicar o **PREÇO UNITÁRIO E TOTAL por centímetro/coluna** para os serviços solicitados no Termo de Referência e seus Anexos.



- 4.15.** Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.
- 4.16.** O valor proposto será fixo e nele deverão estar incluídos todos os tributos, fretes, taxas e demais custos necessários à prestação do serviço objeto desta licitação.
- 4.17.** Os preços ofertados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional e apurados na data de sua apresentação, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.
- 4.18.** O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.
- 4.19.** Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 4.20.** Na formulação da proposta de preços, o licitante deverá computar todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeita.
- 4.21.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.22.** No momento a que se refere o **subitem 4.2.1**, deverão ser indicadas as seguintes informações do licitante e de todos os seus representantes:
- 4.22.1.** Da empresa:
- a) Número do CNPJ;
  - b) Razão Social;
  - c) Endereço completo;
  - d) Telefone(s) comercial;
  - e) E-mail comercial; e,
  - f) Dados bancários: Banco do Brasil S/A, agência e número da conta corrente.
- 4.22.2.** Do(s) representante(s):
- a) Nº do CPF;
  - b) Nome completo;
  - c) e-mail;
  - d) Telefone;



- e) Se é sócio administrador; e,
- f) Se é signatário do contrato.

**4.23.** A planilha eletrônica disponibilizada no formato Excel no portal de licitações do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e no Portal de Compras do Governo Federal é de uso facultativo. No entanto, o licitante deverá apresentar o cálculo de acordo com o **Anexo I-C**, quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a).

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

### 5.1. Da abertura da sessão pública

- 5.1.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.1.2.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

### 5.2. Da formulação de lances

- 5.2.1.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.2.2.** O lance a ser ofertado, julgamento e adjudicação deverá ser considerando o **PREÇO UNITÁRIO por centímetro/coluna**.
- 5.2.3.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.2.4.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.2.5.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta do **PREÇO UNITÁRIO por centímetro/coluna que deverá ser de R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos)**.
  - 5.2.5.1.** O valor unitário por centímetro/coluna deverá ser conforme indicado no **Anexo I-C**.

- 5.2.6.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 5.2.7.** O modo de disputa adotado é o aberto, em razão disso, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.2.8.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.2.9.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.2.10.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.2.11.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.2.12.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.2.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.2.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.2.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.2.16.** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.2.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.2.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

### **5.3. Das microempresas e empresas de pequeno porte**

**5.3.1.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

**5.3.1.1.** O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**5.3.2.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.3.3.** A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.3.4.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.3.5.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos

nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

#### **5.4. Do critério de desempate**

**5.4.1.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

**5.4.2.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.4.2.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.4.2.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.4.2.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.4.2.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

**5.4.2.5.** persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.4.2.6.** caso a situação de empate real não tenha sido dirimida por nenhum dos critérios do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, acima indicados, antes da fase de julgamento, o sistema Compras.gov irá realizar sorteio, de forma automática.

#### **5.5. Da negociação**

- 5.5.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.5.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.5.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.5.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.5.5.** O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.5.5.1.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a) fixar prazo para cumprimento da providência descrita no item 5.5.5, mediante mensagem registrada por sistema, podendo prorrogá-lo nos casos em que entender necessário ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.5.6.** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 5.6. Da classificação das propostas**
- 5.6.1.** Serão desclassificadas as propostas que:
- 5.6.1.1.** contiverem vícios insanáveis.
- 5.6.1.2.** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus Anexos.
- 5.6.1.3.** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação.
- 5.6.1.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração.

- 5.6.1.5.** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital e de seus Anexos, desde que insanável.
- 5.6.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.6.3.** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.
- 5.6.4.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios legais estabelecidos no **art. 60 da Lei 14.133/2021**.
- 5.6.5.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 5.7. Da aceitabilidade do preço**
- 5.7.1.** A aceitabilidade da proposta será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a qual não poderá ser superior ao preço unitário do centímetro/coluna de **R\$ 114,08 (cento e quatorze reais e oito centavos)**, que corresponde ao valor global de R\$ 627.440,00 (seiscentos e vinte e sete mil e quatrocentos e quarenta reais).
- 5.7.2.** Para verificação de aceitabilidade, o licitante autor do menor preço deverá encaminhar as informações e planilha de formação de preços (**Anexo I-C**) solicitados no **item 4.2.1** deste Edital, com valores adequados ao preço final ofertado, por meio eletrônico que vier a ser disponibilizado.
- 5.7.3.** O prazo para envio das informações e planilha de composição de preço será estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a) mediante mensagem registrada no sistema.
- 5.7.4.** Na análise de viabilidade do preço proposto, o(a) Pregoeiro(a) considerará a planilha de composição de custos apresentada pela licitante, em que todos os valores serão avaliados em relação ao preço de mercado.
- 5.7.4.1.** Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a sua desclassificação, quando esta puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, desde que não prejudiquem a isonomia ou a competitividade do certame e atendidas as demais condições de aceitabilidade.

**5.7.4.2.** O(A) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanear erros ou falhas que não alterem a isonomia ou a competitividade do certame, a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada.

## **6. DA HABILITAÇÃO**

### **6.1. Dos documentos de habilitação jurídica:**

- 6.1.1.** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 6.1.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado, atualizado e documentação comprobatória dos(as) atuais administradores(as) ou dirigentes;
- 6.1.3.** No caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus atuais administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- 6.1.4.** Ato constitutivo atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 6.1.5.** No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 6.1.6.** Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **6.2. Dos documentos de qualificação técnico-operacional:**

- 6.2.1.** Como documentos para Qualificação Técnica, deverão ser apresentados aqueles relacionados no subitem 14.2 do **Anexo I**;
- 6.2.2.** Os atestados relativos à qualificação técnico-profissional e operacional, poderão ser oriundos de entidades estrangeiras, desde que acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;



- 6.2.3.** Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito do objeto social especificado no contrato social vigente, devidamente registrado, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB;
- 6.2.4.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;
- 6.2.5.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;
- 6.2.6.** É facultado ao(a) Pregoeiro(a), ou a sua Equipe de Apoio, promover diligências destinadas a averiguar a veracidade das informações constantes dos atestados;
- 6.2.7.** Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:
- 6.2.7.1.** Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;
- 6.2.7.2.** Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.
- 6.2.7.2.1.** Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser

juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

### 6.3. Dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista:

- 6.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 6.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 6.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 6.3.4. Certidão de regularidade de débito com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 6.3.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 6.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

### 6.4. Dos documentos de qualificação econômico-financeira:

- 6.4.1. A licitante deverá comprovar que possui boa situação financeira, considerando-se aquela que não esteja em regime falimentar e possua no último exercício social, de acordo com o **nível 1** de aferição previsto pela Instrução Normativa nº 17/2025 deste TJSP, atualizada pela Instrução Normativa nº 21/2026:
  - 6.4.1.1. patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do **valor estimado da contratação correspondente ao período de 12 (doze) meses**; e,

- 6.4.1.2.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- 6.4.2.** A comprovação deverá ser feita mediante:
- 6.4.2.1.** Apresentação de balanço patrimonial e demonstração de resultado, já exigíveis e apresentados na forma das Leis nº 6.404/76, 10.406/02 e 8.934/1994, Decretos nº 1.800/1996 e 8.683/2016 e demais normas pertinentes, devidamente assinados(as) por contador(a) ou por profissional equivalente e pelo(a) representante legal, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, e termos de abertura e encerramento do livro diário devidamente autenticado.
- 6.4.2.1.1.** O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis deverão ser apresentadas em relação aos 2 (dois) últimos exercícios sociais.
- 6.4.2.1.2.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 6.4.2.2.** A licitante que transmite a Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) poderá fazer a comprovação de autenticação mediante a apresentação do respectivo recibo de entrega.
- 6.4.2.3.** Caso o balanço patrimonial apresente alguma irregularidade ou, embora regular, apresente índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) menores que 1 (um), poderá ser exigida declaração e memória de cálculo, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos para a contratação.
- 6.4.3.** O cálculo dos indicadores relacionados no **item 6.4.1** poderá ser realizado com base na documentação contábil:
- 6.4.3.1.** do último exercício social, no caso de a empresa ter sido constituída há menos de dois anos;
- 6.4.3.2.** da abertura, no caso de a entidade interessada ter sido constituída no exercício financeiro da licitação ou no que a antecedeu, sendo

que, no último caso, somente será admitida se porventura as demonstrações contábeis do exercício anterior não forem exigíveis nos termos da legislação e do marco temporal estabelecido no edital/contrato.

- 6.4.4.** Deverá ser apresentada a certidão de negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

**6.5. Outros documentos:**

- 6.5.1.** Declaração Unificada (Modelo do **Anexo II**).

**6.6. Da autenticidade dos documentos:**

- 6.6.1.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o(a) Agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

- 6.6.2.** O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

**6.7. Do julgamento de habilitação**

- 6.7.1.** Os documentos previstos no Edital (e seus Anexos), necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

- 6.7.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

- 6.7.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

- 6.7.3.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021), conforme **Anexo II (Declaração Unificada)**.

- 6.7.4.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa

com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**6.7.5.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**6.7.6.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

**6.7.6.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**6.7.7.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**6.7.7.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**6.7.8.** A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**6.7.8.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, mediante solicitação do(a) Pregoeiro(a).

**6.7.8.1.1.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a) fixar prazo para cumprimento da providência descrita no **item 6.7.8.1**, mediante mensagem registrada por sistema, podendo prorrogá-lo nos casos em que entender necessário ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

- 6.7.9.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 6.7.9.1.** Os documentos relativos à habilitação que constem do Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 6.7.10.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 6.7.10.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e,
- 6.7.10.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 6.7.11.** Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 6.7.12.** Na hipótese de ocorrerem indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, o licitante será inabilitado, mediante decisão motivada.
- 6.7.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o disposto no **subitem 6.7.8.1.1.**
- 6.7.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 6.7.15.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

- 6.7.16.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados(as) pelo(a) Pregoeiro(a), deverão ser encaminhados ao Grupo de Pregoeiros e Agentes de Contratação (GPAC), situado na Rua Direita, nº 250, 23º andar – Sé – São Paulo/SP – CEP: 01002-903.
- 6.7.17.** Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, o licitante será habilitado e declarada vencedor do certame.
- 6.7.18.** As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 6.7.18.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, neste ato representada pelo(a) Pregoeiro(a), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 6.7.18.2.** A sessão pública será suspensa pelo(a) Pregoeiro(a), por 5 (cinco) dias úteis, para que o licitante vencedor possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.
- 6.7.18.3.** Na retomada da sessão, o(a) Pregoeiro(a) decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista.
- 6.7.18.4.** A não regularização da documentação no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação de penalidades cabíveis.
- 6.7.19.** Se a oferta não for aceitável, se o licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, o(a) Pregoeiro(a), respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o licitante, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo licitante atenda às condições do Edital, caso em que será declarado(a) vencedor(a).

## **6.8. Considerações gerais**



- 6.8.1.** A declaração ou documentação falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta de preços sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação.
- 6.8.2.** As certidões apresentadas serão consideradas válidas pelo período de 180 (cento e oitenta) dias da data de expedição, na hipótese de não constar prazo de validade no documento.
- 6.8.3.** As certidões Positivas com efeito de Negativas terão o mesmo efeito de Certidões Negativas.

## 7. DO RECURSO

- 7.1.** As razões de recurso e as contrarrazões serão oferecidas, por meio eletrônico, no sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)
  - 7.1.1.** Se houver a necessidade de apresentação de documentos, atinentes ao recurso ou às contrarrazões, poderá ser encaminhado ao e-mail: [gpac@tjsp.jus.br](mailto:gpac@tjsp.jus.br).
  - 7.1.2.** Os documentos que não puderem ser enviados por meio eletrônico, deverão ser apresentados mediante protocolo, no Grupo de Pregoeiros e Agentes de Contratação (GPAC), sito na Rua Direita, nº 250 – 23º andar, São Paulo, nesta Capital, observados o prazo de 3 (três) dias úteis.
- 7.2.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.3.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação no sistema.
- 7.4.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  - 7.4.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 7.4.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
  - 7.4.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação no sistema.
- 7.5.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

- 7.6.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 7.7.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 7.8.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 7.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 7.10.** Será assegurada ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, sendo que os autos do processo, poderão ser solicitados por e-mail, no endereço: [licitacoes@tjsp.jus.br](mailto:licitacoes@tjsp.jus.br).
- 7.11.** A falta da manifestação imediata do licitante, no prazo concedido, importará a decadência do direito de recurso e o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação.
- 7.12.** O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **8. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

- 8.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação.

## **9. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO**

- 9.1.** Ao licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 9.2.** A desconexão do sistema eletrônico com o(a) Pregoeiro(a), durante a sessão pública, implicará:

- 9.2.1.** No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.2.2.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.3.** A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante, não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

## 10. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

- 10.1.** Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, através do **Portal TJSP** (*Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – <https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl>*), solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do certame.
- 10.1.1.** Não serão aceitos pedidos de esclarecimentos e impugnações em qualquer outro e-mail ou link.
- 10.1.2.** A impugnação e os pedidos de esclarecimentos serão formulados em campo próprio do **Portal TJSP**.
- 10.1.3.** A resposta à impugnação ou a pedido de esclarecimento serão divulgados no **Portal TJSP** no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.1.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.1.5.** Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para realização da licitação, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

## 11. DO CONTRATO

### 11.1. Dos prazos de assinatura

- 11.1.1.** Homologado o resultado e adjudicado o objeto da licitação, o(a) vencedor(a) terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar o Contrato e o **Anexo III** (Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados do Contrato), por meio de assinatura eletrônica, a serem disponibilizados no sítio do Tribunal de Justiça.
- 11.1.1.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 11.1.1.2.** O(A) representante legal do licitante vencedor, legitimado(a) para firmar o ajuste, deverá possuir o certificado digital (e-CPF) válido.
- 11.1.1.3.** Na impossibilidade do contrato e o **Anexo III** serem assinados eletronicamente, por falha do sistema ou por motivo superveniente do Tribunal de Justiça, a licitante vencedora será convocada para assiná-los fisicamente.
- 11.1.1.4.** O licitante vencedor deverá informar no momento a que se refere o subitem 4.2.1 o e-mail do(a) representante legal para fins de assinatura do contrato e do **Anexo III**.
- 11.1.1.5.** A licitante deverá observar as determinações contidas nas alíneas "i" e "n" do **Anexo III**, através de contatos a serem mantidos com o(a) gestor(a) da contratação.
- 11.1.2.** Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 11.1.3.** Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com

prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

**11.1.4.** Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799, de 2008.

**11.1.5.** Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:

**11.1.5.1.** Sicaf;

**11.1.5.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

**11.1.5.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

**11.1.5.4.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**11.1.5.5.** Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

**11.1.5.6.** Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e,

**11.1.5.7.** Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

**11.1.6.** A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

## **11.2. Do prazo de vigência**

**11.2.1.** O prazo de vigência do contrato será conforme subitem 2.6 do **Anexo I**.

**11.2.2.** O início da execução dos serviços será de acordo com o estabelecido no item 7 do **Anexo I**.

## **11.3. Do reajuste**

**11.3.1.** O valor contratado poderá ser reajustado a cada período de 1 (um) ano, contado de **08/04/2026**, data do orçamento estimado (§ 7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/21), com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores ao de sua incidência.

## **11.4. Do equilíbrio econômico-financeiro**

**11.4.1.** O Contratante terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do inciso XI, artigo 92 da Lei 14.133/2021.

## **11.5. Do local de execução do objeto**

**11.5.1.** O local para a entrega/prestação de serviço consta no subitem 6.1 do **Anexo I**.

## **11.6. Do cumprimento da Resolução CNJ nº 351/2020**

**11.6.1.** O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mantém canal permanente para acolhimento, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, resguardado pelo sigilo profissional, a fim de minimizar riscos psicossociais e promover a saúde mental no trabalho, nos termos dos arts. 19 e 21 da Resolução CNJ nº 351/2020.

**11.6.2.** Nas situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, o funcionário ou a funcionária, o estagiário ou a estagiária deverá entrar em contato com a Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), por meio do Canal Direto com o Presidente, e-mail: daps@tjsp.jus.br, contendo:

- 11.6.2.1.** Nome completo, posto de trabalho, e-mail e CPF do requerente;
    - 11.6.2.2.** Nome da empresa contratada;
    - 11.6.2.3.** Descrição sucinta dos acontecimentos.
  - 11.6.3.** A empresa contratada deverá comunicar aos funcionários ou às funcionárias, aos estagiários ou às estagiárias sobre a política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e de todas as formas de discriminação definidos no art 2º da Resolução CNJ nº 351/2020, assim como o Canal Direto com o Presidente do Tribunal de Justiça, e-mail: [daps@tjsp.jus.br](mailto:daps@tjsp.jus.br).
  - 11.6.4.** Nos casos de retaliação ao funcionário ou à funcionária, ao estagiário ou à estagiária da empresa contratada que tenham noticiado fatos relacionados à Resolução CNJ nº 351/2020, mesmo após eventual rescisão do contrato com a empresa contratada, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), deverá analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.
- 11.7. Do cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados**
- 11.7.1.** Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATADA deverá declarar ter recebido e concordado com a Política de Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e que adere as ações determinadas no Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados (**Anexo III**).
- 11.8.** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do contratado não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 11.8.1.** Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo, condicionado a que:
    - 11.8.1.1.** sejam observados todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;



- 11.8.1.2.** sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e,
- 11.8.1.3.** não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e **haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.**
- 11.8.2.** Na ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou transferência de 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital social, a Contratada deverá comunicar, de imediato, o Contratante para conhecimento e análise, em conformidade com o **item 11.8** e respectivas subdivisões, observada a necessidade de formalização de termo aditivo na hipótese de que trata o **item 11.8.1.**

## 12. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 12.1.** O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual dever ser realizado na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do art. 102 do Provimento CSM nº 2724/2023.
- 12.2.** Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no **Anexo I.**
- 12.3.** Na ausência de prazos no **Anexo I**, fica estabelecido que:
- 12.3.1.** o recebimento provisório será realizado em até 10 (dez) dias úteis; e,
- 12.3.2.** o recebimento definitivo em até 30 (trinta) dias úteis, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 12.4.** O Recebimento Provisório poderá ser dispensado, quando assim previsto no **Anexo I.**
- 12.5.** Os documentos que comprovem o recebimento provisório e definitivo deverão ser apresentados ao(à) Fiscal do Contrato e, posteriormente, serão juntados no processo de acompanhamento da execução contratual.
- 12.6.** O ateste das notas fiscais, para efeito de pagamento será efetuado com base no objeto do contrato e nos serviços efetivamente prestados, cuja avaliação levará em conta aspectos qualitativos e quantitativos dos serviços.
- 12.7.** Para efeito do disposto no subitem anterior, o(a) responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços contratados, os seguintes aspectos:

- a) a qualidade do material e dos produtos empregados;
- b) a presteza no atendimento das solicitações da Administração; e,
- c) o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas no contrato.

**12.8.** Caso os serviços não sejam executados nas formas previstas nos **Anexos deste Edital**, a Contratada deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da notificação do(a) Fiscal do Contrato, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas aplicáveis.

### 13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

**13.1.** A gestão e fiscalização serão exercidas no interesse exclusivo do Contratante, nos termos do capítulo IX, do Provimento CSM nº 2.724/2023, não suprimindo a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

**13.2.** Atuação na fase da gestão, da fiscalização do recebimento do objeto, os(as) servidores(as) indicados(as) pela(s) Secretaria(s) responsável(eis) ou, não havendo, pela(s) Diretoria(s) ou Coordenadoria(s), bem como seus suplentes, conforme designação da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça.

**13.3.** Para efeito do disposto neste item, o Contratante registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas comunicando-as à Contratada para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

**13.4.** A Diretoria de Auditoria Interna (DAI) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo poderá, a qualquer tempo, solicitar à empresa contratada seus documentos e escriturações fiscais e/ou contábeis.

### 14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**14.1.** O prazo para pagamento será conforme previsto no item 9.5 do **Anexo I**.

**14.2.** Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.

- 14.3.** O(a) credor(a) que apresentar registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá ter regularizada a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, devendo a Contratada comprovar a regularização junto a SOF - Secretaria de Orçamento e Finanças deste Tribunal de Justiça, para efeito de regular pagamento.
- 14.4.** Para o pagamento deverão ser apresentadas Notas Fiscais/Faturas, com indicação do número da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A., bem como deverá ser mencionado o nº da Nota de Empenho respectivo, que a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças remeterá a empresa no momento do empenhamento, as quais serão atestadas definitivamente pelos(as) servidores(as) designados(as) pela Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça e, em seguida, encaminhadas a SOF para efetivo pagamento.
- 14.4.1.** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida com os centímetros/colunas efetivamente publicadas.
- 14.5.** O recebimento será sempre integral (atestado da Nota Fiscal/Fatura), não se admitindo atestado parcial. Caso não seja possível atestar o recebimento, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (Contratada) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis.
- 14.5.1.** Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do **subitem 14.2.**
- 14.5.2.** A Contratada não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo do contrato.
- 14.5.3.** As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Edital, na nota de empenho, no contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao emitente (Contratada) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis, sendo que e neste caso o prazo previsto no **subitem 14.1** será interrompido.
- 14.5.4.** A contagem do prazo previsto para pagamento será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.
- 14.6.** Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no atestado do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que **foi verificada a autenticidade da NF-e.**

- 14.6.1.** Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da chave de acesso no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os quais seguem respectivamente, [www.fazenda.sp.gov.br](http://www.fazenda.sp.gov.br), NF-e ou nota fiscal eletrônica, Consulta de NF-e de mercadorias ou [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br), Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica.
- 14.6.2.** No caso de nota fiscal eletrônica, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.
- 14.7.** Conforme §11, do artigo 27 da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, a empresa prestadora de serviços está obrigada a destacar nas notas fiscais, nas faturas ou nos recibos de prestação de serviços emitidos, o valor da retenção para a Previdência Social, na forma estabelecida nos arts. 121 e 122 (Lei nº 8.212, de 1991, art. 31, § 1º; e Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 219, § 4º).
- 14.8.** Será realizada a retenção de imposto de Renda, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou outra que venha a substituí-la.
- 14.9.** No primeiro faturamento, junto com a Nota Fiscal/fatura, a contratada estabelecida fora do município do(a) tomador(a) do serviço deverá apresentar, quando a legislação municipal exigir, o cadastro de empresa de que está estabelecido fora do município.
- 14.9.1.** No município de São Paulo o referido cadastro denomina-se CPOM – Cadastro de Empresas de Fora do Município.
- 14.10.** As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta das dotações orçamentárias específicas, consignadas no Orçamento para o presente exercício, classificação de despesa 3.3.90.39.26 - Fonte 175930022.

## 15. DAS SANÇÕES

- 15.1.** A ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar às infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 será objeto de Processo Administrativo Apuratório nos termos do Capítulo XII – Sanções Administrativas, do Provimento CSM nº 2724/2023.

- 15.2.** Na penalidade de multa, ***caso não esteja estipulada nos Anexos deste Edital***, será aplicado o percentual indicado abaixo, observados os limites mínimos e máximos do § 3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:
- 15.2.1.** 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor do Contrato, no caso de suspensão ou interrupção dos serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito.
  - 15.2.2.** 2% (dois por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
  - 15.2.3.** 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida.
  - 15.2.4.** 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida.
  - 15.2.5.** 20% (vinte por cento) sobre o valor anual do Contrato, no caso de recusa da contratada em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Tribunal de Justiça ou pelo edital ou aviso de contratação direta.
  - 15.2.6.** 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor do Contrato, no caso de atraso injustificado de até 30 (trinta) dias para assinatura do contrato, da prestação de garantia ou da execução do serviço, de assistência técnica em bem ou produto em período de garantia ou execução de serviço de garantia em obra.
- 15.3.** A Contratada que der causa à inexecução total do contrato, que dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, poderá ficar **impedida de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e

indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos.

- 15.4.** A Contratada que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará **proibida de licitar e contratar, através da Declaração de Inidoneidade**, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**15.4.1.** As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da lei 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida do subitem 15.3, também sofrerão a sanção mencionada no subitem 15.4.

- 15.5.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado, nos termos do artigo 163 da Lei 14.133/2021.
- 15.6.** Independentemente da efetivação da extinção contratual, fica facultado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a retenção de quaisquer importâncias devidas ao licitante contratado para pagamento ou amortização, total ou parcial, das multas aplicadas e/ou perdas causadas, sem prejuízo da adoção das medidas acima e judiciais para cobrança do remanescente ou mesmo do valor total devido, caso não seja possível a retenção ora pactuada ou esta seja insuficiente.
- 15.7.** O Tribunal de Justiça suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentará o licitante de suas responsabilidades contratuais e civis.
- 15.8.** Os valores referentes a multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela Contratada, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



- 16.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.2.** Das sessões públicas de processamento da licitação será lavrada ata circunstanciada, a ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a) e pela equipe de apoio.
- 16.3.** Será mantido sigilo quanto a identidade dos licitantes, para o(a) Pregoeiro(a) até a etapa de negociação com o(a) autor(a) da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.
- 16.4.** O resultado do presente certame e demais atos pertinentes a esta licitação serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Diário Eletrônico da Justiça do Estado de São Paulo (DEJESP) e nos sítios eletrônicos [www.tjsp.jus.br](http://www.tjsp.jus.br) e [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)
- 16.5.** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação e extinguir o Contrato celebrado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa quando:
- 16.5.1.** A contratada venha a contratar empregados(as) que sejam cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros(as) ou juízes(as) vinculados(as) ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Resolução nº 07/2005, atualizada pela Resolução nº 09/2005, nº 181/2013 e nº 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);
- 16.5.2.** A contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos(as) magistrados(as) ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores(as) ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;
- 16.5.3.** A contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os(as) magistrados(as) e servidores(as) geradores(as) de incompatibilidade



estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

- 16.5.4.** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado(a) ou servidor(a) não abrangido(a) pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

## 17. DO FORO

- 17.1.** Para dirimir as questões oriundas deste Edital, será competente o foro da Comarca de São Paulo.

São Paulo, data registrada no sistema.

Eliana Bontansa  
**Coordenadora de Licitações e Compras**  
SAAB 5.1

Rodnei Pinto Fernandes  
**Diretor de Licitações e Suprimentos**  
SAAB 5



## Pregão Eletrônico nº 90059/2026

		FOLHAS
ANEXO I	– TERMO DE REFERÊNCIA	39 a 50
ANEXO I-A	– MODELO DE ANÚNCIO	51
ANEXO I-B	– DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE TIRAGEM	52
ANEXO I-C	– PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS	53
ANEXO II	– DECLARAÇÃO UNIFICADA – LEI 14.133/2021	54 a 55
ANEXO III	– TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS	56 a 58
ANEXO IV	– RELATÓRIO DE RESULTADO DA PESQUISA DE PREÇOS	59 a 63
ANEXO V	– MINUTA DE CONTRATO A SER CELEBRADO	64 a 78

**(1) Observação: Ver subitem 4.23 do Edital**

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA**

(Lei nº 14.133/2021)

**Serviços de Publicação de Aviso de Licitações em Jornal Diário de Grande Circulação****1. OBJETO**

- 1.1.** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicação de aviso de licitações, sob demanda, no formato impresso, com versão digital, em jornal diário de grande circulação, para atendimento das necessidades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), conforme as condições e especificações definidas neste Termo de Referência e seus Anexos.

**2. DEFINIÇÃO DO OBJETO (alínea “a”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)****2.1. Natureza do Objeto**

- 2.1.1.** A natureza do objeto a ser contratado consiste na prestação de serviços comuns de publicação, em formato impresso, com versão digital, de avisos de editais de licitação, em jornal diário de grande circulação, sob demanda, com características, padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- 2.1.2.** Trata-se de serviço caracterizado como comum e de natureza continuada.
- 2.1.3.** A quantidade total indicada para o período de 24 (vinte e quatro) meses é estimativa de demanda, não obrigando o CONTRATANTE a efetivar a totalidade das publicações correspondentes.

**2.2. Quantitativo**

Item	Código	Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Qtde	Prazo
1	55-0071	Publicação, no formato impresso, com versão digital, de avisos de licitações, em jornal diário de grande circulação, sob demanda, que abranja o Estado de São Paulo, no formato de 02 (duas) colunas, com aproximadamente 9,6 cm.	Unidade	5.500	24 meses

### 2.3. Do não parcelamento da contratação

**2.3.1.** A contratação será realizada em um único item, considerando que se trata de serviço de natureza única, a ser executado por demanda da CONTRATANTE, por um mesmo fornecedor, não havendo obrigação da CONTRATANTE de efetivar a totalidade as publicações correspondentes.

**2.3.2.** Além disso, é necessário centralizar as publicações em um único jornal, de modo a facilitar a busca por possíveis leitores interessados. A medida também contribui para a redução dos custos de gestão de contratos.

### 2.4. Aplicação da cota de até 25% para ME/EPP (inciso III, art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006)

**2.4.1.** Não se aplica, pois o objeto desta contratação se trata de prestação de serviços.

### 2.5. Das propostas

**2.5.1.** O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.

### 2.6. Prazo do Contrato

**2.6.1.** O prazo de vigência contratual será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

**2.6.2.** Após a assinatura do contrato pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, a área gestora expedirá Ofício à CONTRATADA, formalizando a data de início da vigência contratual.

## 3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (alínea “b”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

**3.1.** A fundamentação completa da contratação está descrita no Estudo Técnico Preliminar, que será publicado juntamente com o Edital de Licitação, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

## 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (alínea “c”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

**4.1.** A descrição detalhada do objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicação de aviso de licitações, sob

demanda, em formato impresso, com versão digital, em jornal diário de grande circulação, para atendimento das necessidades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), que contem com as seguintes características:

**4.1.1. Circulação mínima:** em pelo menos 60% (sessenta por cento) dos municípios do Estado de São Paulo, incluindo a cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana.

**4.1.2. Dias de circulação:** diariamente, de segunda-feira a sexta-feira.

**4.1.3. Dias de veiculação das publicações:** de segunda à sexta-feira, apenas em dias úteis.

**4.1.4. Tiragem mínima diária, apurada em média semanal:** 20.000 (vinte mil) exemplares de circulação diária no Estado de São Paulo, incluindo a cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana, atestada por certidão ou outro documento hábil emitido pelo Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas no Estado de São Paulo ou por empresas que realizam auditoria junto a jornais através de certidão emitida por instituto ou órgão verificado de circulação (TC-000850.989/13/8 e TC-6763/026/00).

**4.1.4.1.** A empresa declarada vencedora do certame, e quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a) na sessão pública, deverá enviar Declaração (**Anexo I-B**) de que tem ciência de que deverá atender a comprovação do disposto no 4.1.4.

**4.1.4.1.1.** A empresa deverá apresentar ao Grupo de Pregoeiros e Agentes de Contratação (GPAC), em até 03 (três) dias úteis, a comprovação de abrangência e tiragem mínima diária estipulada no item 4.1.4, referente ao jornal a ser veiculados os anúncios.

**4.1.4.1.2.** Se a Declaração (**Anexo I-B**) não for entregue no prazo estabelecido no item 4.1.4.1.1 acima, a licitante terá a proposta desclassificada e ficará sujeito à aplicação das penalidades cabíveis, tendo o Tribunal de Justiça o direito de convocar o próximo licitante na ordem classificatória.

**4.1.4.1.3.** A apresentação da comprovação não exime a CONTRATADA do dever de comprovar a

manutenção da tiragem do jornal quando for solicitado pela Comissão de Fiscalização, durante a vigência contratual.

**4.1.4.1.4.** Eventuais requerimentos de substituição do jornal de grande circulação, durante a vigência contratual, deverão ser protocolados pela CONTRATADA, no mínimo, 20 (vinte) dias úteis antes da data de alteração pretendida, com comprovante hábil a demonstrar a tiragem mínima, para serem submetidos à análise da autoridade competente.

**4.1.5.** O jornal deve ter conteúdo jornalístico, destinado ao público em geral, seguindo uma linha editorial que privilegie temas legados à política, economia, administração pública e cultura.

**4.1.6.** Não serão aceitos jornais de bairro, de sindicatos, de associações, de clubes esportivos e outros destinados a um público restrito e específico, mesmo que possuam a quantidade de exemplares exigida para a circulação, e tenham veiculação restrita a determinadas regiões do Estado.

**4.1.7.** O jornal deverá possuir versão digital e ter presença diária na Rede Mundial de Computadores.

**4.1.8.** O jornal deverá ser comercializado em formato impresso, com versão digital.

**4.1.9.** Cada aviso será publicado uma única vez, salvo solicitação em contrário do Contratante.

**4.1.10.** O formato de cada anúncio será de 02 (duas) colunas (aproximadamente 9,6 cm), com letra de corpo e altura a serem definidos de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, e as publicações serão efetuadas em diversas datas ao longo da vigência contratual, sob demanda:

**4.1.10.1.** O modelo de publicação de Aviso de Licitação encontra-se no **Anexo I-A**.

**4.1.11.** Os textos dos anúncios a serem veiculados serão enviados à CONTRATADA por e-mail, em arquivo anexo, até as 16h do dia útil anterior à data de publicação.

**4.1.12.** As etapas de criação, diagramação, fechamento de arquivo e de envio de material são de responsabilidade da CONTRATADA.

**4.1.13.** A CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE, sem ônus adicional, 01 (uma) via digitalizada (PDF ou formato de imagem de alta resolução) da página original do jornal na qual a publicação for veiculada.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (alínea “d”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**

### **5.1. Sustentabilidade**

**5.1.1.** A presente contratação deverá obedecer ao disposto na Resolução CNJ nº 400, de 16/06/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário;

**5.1.2.** O jornal comercializado na forma impressa deve estar de acordo com as ações ambientalmente corretas e devem ter como meta a redução do impacto no meio ambiente.

### **5.2. Subcontratação (§2º, art. 122 da Lei nº 14.133/2021)**

**5.2.1.** Não será admitida a subcontratação deste objeto.

## **6. RECEBIMENTO DO OBJETO**

### **6.1. Locais de prestação dos serviços**

**6.1.1.** A prestação dos serviços ocorrerá de forma remota, sob demanda da CONTRATANTE, que encaminhará o conteúdo a ser publicado à CONTRATADA por e-mail ou outra forma que vier a ser acordada.

## **7. PRAZO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**7.1.** Os serviços deverão ser iniciados em até 5 (cinco) dias úteis, a contar do início da vigência contratual, com o cumprimento integral de todas as obrigações elencadas no instrumento contratual.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (alínea “e”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**

### **8.1. Execução dos serviços**



- 8.1.1.** Os serviços, objeto da contratação, deverão ser executados conforme descrito nos subitens 4.1.1 a 4.1.13 deste Termo de Referência.

## **9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (alínea “f”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**

### **9.1. Área administrativas e/ou técnicas (Provimento CSM nº 2.724/2023)**

- 9.1.1.** A gestão do contrato será exercida por servidor(a), e seu(s) respectivo(s) suplente(s), lotados(as) na SAAB 5.1.1 – SERVIÇO DE EDITAIS DE LICITAÇÃO.
- 9.1.2.** O(a) gestor(a) designará os(as) Fiscais Administrativo e do Contrato, e seus respectivos suplentes, notificando-os de suas designações e atribuições.

### **9.2. Protocolo de comunicação (Provimento CSM nº 2.724/2023)**

- 9.2.1.** As comunicações entre CONTRATANTE e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito, adotando-se preferencialmente o meio eletrônico.

### **9.3. Recebimento Provisório**

- 9.3.1.** A CONTRATADA deverá apresentar ao(à) Fiscal do Contrato, referente ao período correspondente, por e-mail, a relação das publicações realizadas e o seu valor unitário e total quanto aos serviços prestados.
- 9.3.2.** O(a) Fiscal do Contrato efetivará o recebimento provisório em até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do envio da relação indicada no subitem 9.3.1.

### **9.4. Recebimento Definitivo**

- 9.4.1.** Após aprovação do recebimento provisório, a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura, que será atestada em até 5 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento pelo Fiscal do Contrato, e encaminhado a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças para pagamento.

### **9.5. Condições de pagamento**

- 9.5.1.** O prazo para o pagamento será de 30 (trinta) dias após o ateste definitivo da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal do contrato.

### **9.6. Acordo de nível de serviço (ANS)**

#### **9.6.1. Meta**

- 9.6.1.1.** Garantir que o serviço de publicação dos anúncios e eventuais correções sejam realizados dentro da disponibilidade prevista no item 9.6.2 e dentro dos prazos previstos nos itens 9.6.3. e 9.6.4., em 100% (cem por cento) dos casos.

#### **9.6.2. Disponibilidade dos serviços**

- 9.6.2.1.** A CONTRATADA deve garantir a disponibilidade dos serviços de publicação em todos os dias úteis, de segunda à sexta.

#### **9.6.3. Prazos para atendimento das publicações**

- 9.6.3.1.** Os anúncios encaminhados pela CONTRATANTE à CONTRATADA, por email, até as 16 (dezesesseis) horas, de segunda à sexta-feira, devem ser publicados no dia útil seguinte.

#### **9.6.4. Correções de erros e/ou omissões nas publicações**

- 9.6.4.1.** Eventuais erros na publicação dos atos oficiais que forem constatados pela CONTRATANTE, e comunicados por e-mail à CONTRATADA até às 16 (dezesesseis) horas, devem ser corrigidos na edição do dia útil seguinte.

### **9.7. Manutenção das condições de habilitação e qualificação durante a execução contratual (Provimento CSM 2.724/2023 art.º. 29 Inc. VI)**

- 9.7.1.** O(a) Gestor(a) do Contrato deverá solicitar a documentação de habilitação e qualificação, constantes do edital de licitação, a fim de verificar se a Contratada mantém as condições exigidas na contratação inicial, a cada 6 (seis) meses contados da assinatura do contrato.

- 9.7.2.** A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **9.8. Hipótese de glosa**

- 9.8.1.** Não se aplica, tendo em vista que o risco de falha da prestação dos serviços é baixa, e o pagamento será realizado pelas quantidades de publicações efetivamente realizadas.

### **9.9. Sanção Administrativa (Multa)**

**9.9.1.** Nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- 9.9.1.1.** der causa à inexecução parcial do contrato;
- 9.9.1.2.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 9.9.1.3.** der causa à inexecução total do contrato;
- 9.9.1.4.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 9.9.1.5.** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 9.9.1.6.** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.9.1.7.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.9.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**9.9.2.** Em decorrência de infrações administrativas acima descritas, a Contratada estará sujeita à aplicação das seguintes sanções:

- 9.9.2.1.** Advertência;
- 9.9.2.2.** Multa;
- 9.9.2.3.** Impedimento de licitar e contratar;
- 9.9.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**9.9.3.** Especificamente para esta contratação serão adotados os seguintes percentuais de multa a serem aplicadas na hipótese de descumprimento contratual, observando-se o item 9.9.5:

Descrição	Base de Cálculo	Empresa enquadrada como ME/EPP	Empresa não enquadrada como ME/EPP
Atraso injustificado, por dia, na execução da publicação do anúncio	100% do valor da publicação do anúncio em atraso	0,5% sobre a base de cálculo	1,0% sobre a base de cálculo
Inexecução da execução da publicação do anúncio	100% do valor dos anúncios não publicados	25% de multa sobre a base de cálculo	30% de multa sobre a base de cálculo

**9.9.4.** Caso o cálculo das multas resulte em percentual superior a 30% do valor contratado, o valor final da multa observará esses percentuais, nos termos do art. 156, §3º da Lei 14.133/2025.

**9.9.5.** A aplicação das multas acima indicadas não exclui a aplicação de outras sanções previstas no Edital, no Contrato e na legislação aplicável.

**9.9.6.** A aplicação das sanções será apurada mediante a instauração de processo administrativo apuratório, no qual serão garantidos à empresa os direitos de defesa prévia e de recurso.

**9.9.7.** O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos à CONTRATANTE pela CONTRATADA.

**9.9.7.1.** Não descontado de pagamentos futuros, a multa poderá ser inscrita em dívida ativa do Estado com posterior execução judicial, além de inscrição no CADIN Estadual.

#### **9.10. Extinção do contrato (art. 137 da Lei nº 14.133/2021)**

**9.10.1.** As hipóteses de extinção do contrato serão aquelas previstas no artigo 137 da Lei 14.133/2021.

### **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (alínea “h”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**

**10.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **licitação**, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, e modo de disputa aberto.

### **11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (alínea “i”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**

**11.1.** A estimativa do valor da contratação é de **R\$ 627.440,00 (seiscentos e vinte e sete mil e quatrocentos e quarenta reais)**.

### **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (alínea “j”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**

**12.1.** A adequação orçamentária está demonstrada no item 14.10 do Edital.

**13. PRESTAÇÃO DE GARANTIA NA CONTRATAÇÃO (arts. 96 da Lei nº 14.133/2021)**

**13.1.** Tendo em vista o objeto de contratação ser de baixa complexidade, baixo valor e baixo risco, a exigência de garantia contratual mostra-se desarrazoada, gerando despesas adicionais desnecessárias.

**14. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei nº 14.133/2021 / art. 30 do Provimento CSM nº 2.724/2023)****14.1. Qualificação Técnico-Profissional (inc. I, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)**

Não se aplica, em razão do objeto a ser contratado.

**14.2. Qualificação Técnico-Operacional (inc. II, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)**

**14.2.1.** Atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) que a Licitante tenha executado, ou esteja executando, a contento, serviço de natureza similar, na quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento) do espaço total anual de centímetro/coluna desta licitação, por um período mínimo de 12 (doze) meses ininterruptos, conforme tabela exemplificativa que segue abaixo:

Descrição	Quantidade a ser contratada	Quantidade correspondente referente a 1 ano e base de cálculo	Total mínimo que deverá ser comprovado	Percentual exigido e correspondente a 12 meses
Serviço de publicação de anúncios	5.500 cm/col para 24 meses	2.750 cm/col para 12 meses	1.375 cm/col	50%

**14.2.2.** Para efeito de comprovação da qualificação técnica será admitido o somatório de atestados que se enquadrem na regra constante do subitem 14.2.1 acima e desde que a execução dos contratos correspondentes tenha sido em período concomitante.

**14.3. Indicação de pessoal técnico (inc. III, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)**

**14.3.1.** Não se aplica, em razão do objeto a ser contratado.

## 15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### 15.1. Obrigações da Contratada:

- 15.1.1.** Cumprir todas as obrigações previstas neste Termo de Referência e no Contrato a ser celebrado.
- 15.1.2.** Zelar pela qualidade e segurança dos serviços prestados.
- 15.1.3.** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 15.1.4.** Arcar com todos os ônus fiscais, previdenciários, sociais, trabalhistas e securitários resultantes da contratação, bem como com quaisquer outros que, direta ou indiretamente, sob qualquer título ou fundamento, mantenham vinculação com a prestação dos serviços objeto do contrato.
- 15.1.5.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto dessa contratação.
- 15.1.6.** Comunicar à Equipe de Gestão, imediatamente e por escrito, qualquer fato que impossibilite o cumprimento das cláusulas contratuais dentro dos prazos previstos em contrato.
- 15.1.7.** Refazer, de imediato, qualquer serviço executado de forma inadequada, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, publicando o anúncio no primeiro dia útil seguinte à solicitação de correção.
- 15.1.8.** Responder à CONTRATANTE por danos patrimoniais ou extrapatrimoniais que der causa.
- 15.1.9.** Instruir 2 (dois) funcionários indicados pela CONTRATANTE sobre os procedimentos a serem adotados para o envio dos textos a serem publicados.
- 15.1.10.** Responsabilizar-se pela diagramação dos textos para publicação.
- 15.1.11.** Informar telefone de contato e o e-mail para o envio dos textos das publicações e para as comunicações.
- 15.1.12.** Publicar os anúncios, encaminhados até as 16 (dezesseis) horas do dia anterior pela CONTRATADA, no dia útil seguinte.
- 15.1.13.** Aceitar os acréscimos e supressões no objeto contratual, a critério da

CONTRATANTE, na forma prevista na Lei 14.133/2021.

**15.1.14.** Não divulgar nem fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato e não utilizar o nome do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia, emitida pela CONTRATANTE.

**15.1.15.** Indicar e manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato (Art. 118 da Lei 14.133/2021).

## 16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**16.1.** O CONTRATANTE obriga-se a:

**16.1.1.** Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento;

**16.1.2.** Comunicar à CONTRATADA sobre qualquer irregularidade na execução dos serviços;

**16.1.3.** Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução do objeto do Contrato;

**16.1.4.** Supervisionar o desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo das responsabilidades da CONTRATADA.

## 17. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCO (arts. 22 e 103 da Lei nº 14.133/2021)

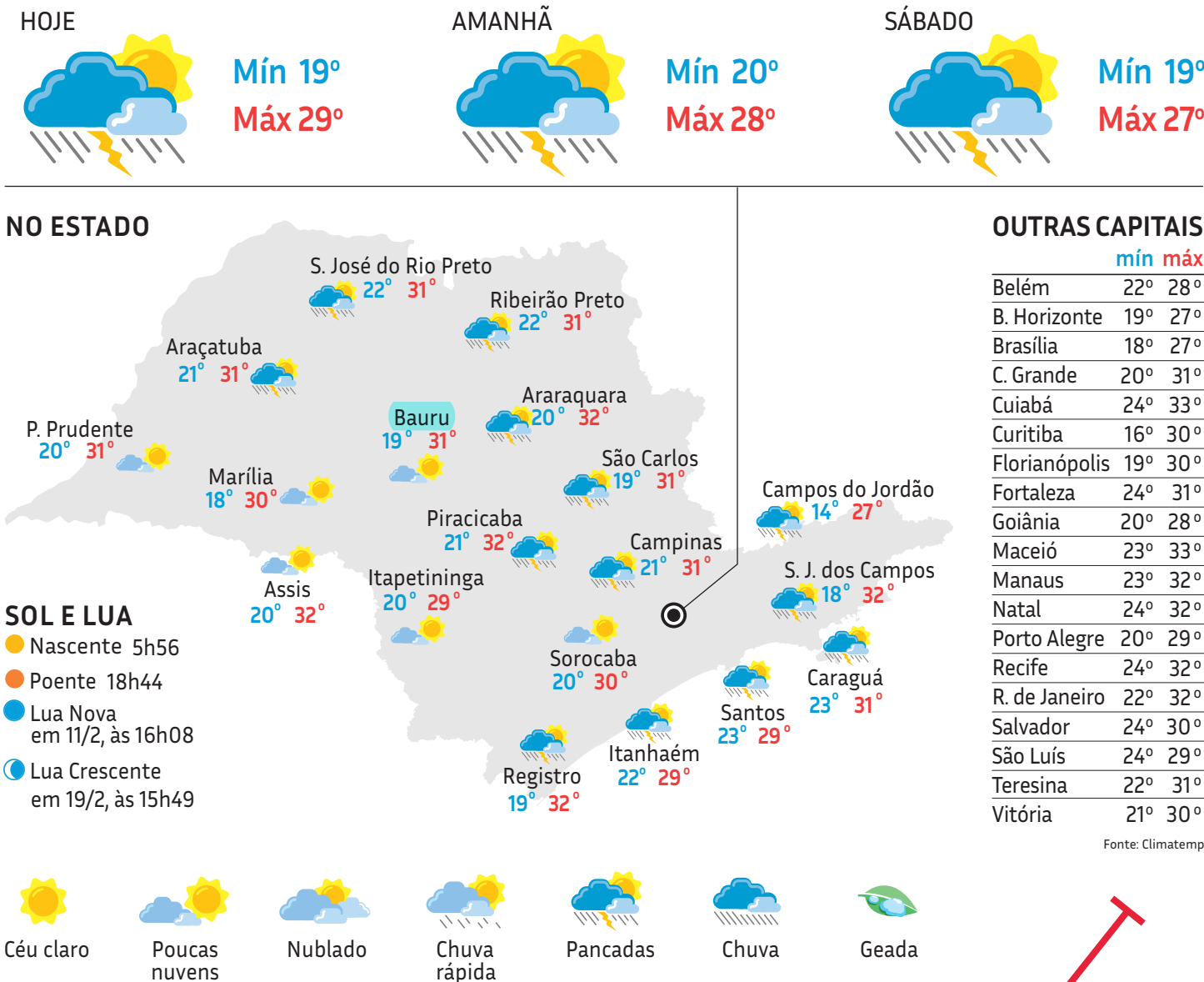
**17.1.** Não é necessária a inclusão de cláusula de matriz de risco, em razão do objeto a ser contratado não ser considerado serviço ou obra de grande vulto (Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024).



# Dicas

## TEMPO NO ESTADO E NO PAÍS

### PREVISÃO PARA A CAPITAL



## RODÍZIO

Não circulam veículos com placas final

7 e 8  
HOJE

9 e 0  
AMANHÃ

Das 7h às 10h e das 17h às 20h

- Nos fins de semana não há rodízio
- Valor da multa R\$ 130,16
- Podem circular tratores, ambulâncias, bombeiros, polícia, cargas perecíveis, táxi, carros de reportagens, doentes, gestantes e médicos em emergência

### CONTATOS DO AGORA

Whatsapp: (11) 97549-7959

Site: www.agora.com.br

Facebook: www.facebook.com/jornalagorasp

Twitter: www.twitter.com/agorasp

## LOTERIAS

### MEGA-SENA

Concurso 2.345 - 17/2/2021

07 16 19 22 28 55

Acumulou

Prêmio R\$ 29.042.762,29

Concurso 2.344 - 13/2/2021

11 17 25 38 52 57

Acumulou

Prêmio R\$ 24.888.687,84

### LOTOMANIA

Concurso 2.153 - 17/2/2021

02 05 13 14 20 28 30

31 40 49 53 59 62 63

66 70 73 80 88 89

Acumulou

Prêmio R\$ 4.759.085,69

### QUINA

Concurso 5.493 - 17/2/2021

48 53 60 66 77

Acumulou

Prêmio R\$ 1.842.462,86

### LOTOFÁCIL

Concurso 2.159 - 17/2/2021

01 02 04 05 07

12 13 14 16 18

20 21 22 24 25

Acumulou

Prêmio R\$ 4.142.012,19

### TIMEMANIA

Concurso 1.601 - 13/2/2021

05 14 21 45 54 68 77

Time do coração

Ji-Paraná /RO

Sete acertos acumulou

Prêmio R\$ 1.620.700,29

Seis acertos dos ganhadores

Prêmio R\$ 30.017,40

### DUPLA-SENA

Concurso 2.196 - 13/2/2021

1º sorteio

04 15 24 28 38 44

Sen. R\$ 3.326.998,17 (acumulou)

Qui. R\$ 5.470,91 (14 ganhadores)

Qua. R\$ 105,71 (828 ganhadores)

Ter. R\$ 2,56 (17.036 ganhadores)

2º sorteio

11 13 28 35 44 49

Sen. sem ganhador

Qui. R\$ 3.829,64 (18 ganhadores)

Qua. R\$ 83,60 (1.047 ganhadores)

Ter. R\$ 2,34 (18.693 ganhadores)

### SUPER SETE

Concurso 56 - 17/2/2021

6 8 7 5 1 7 3

Acumulou

Prêmio R\$ 1.626.414,96

### DIA DE SORTE

Concurso 419 - 13/2/2021

02 03 10 13 17 24 31

Mês da sorte Setembro

Sete acertos acumulou

Prêmio R\$ 630.770,67

Seis acertos 119 ganhadores

Prêmio R\$ 1.141,68

### FEDERAL

Extração 5.538 - 13/2/2021

1º 067.813

2º 016.441

3º 056.169

4º 070.359

5º 012.523

### TELESENA

1º sorteio - 14/2/2021

14 29 37 42 43

Informações não oficiais. O resultado de cada concurso deve ser confirmado diretamente com as organizadoras das loterias.

**SINDICATO DOS PESCADORES E TRABALHADORES ASSEMBLHADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL/2021**  
Pelo presente edital de Convocação, o Sindicato dos Pescadores e Trabalhadores Assemblhados do Estado de São Paulo, CNPJ nº 58.255.795/0001-89, com sede na Rua João Silveira 876 casa 05 – Vila Lúcia – Guarujá/SP, para cumprimento do disposto no art. 605 da C.L.T., identifica os empregadores estabelecidos na sua base territorial de que deverão descontar dos salários de seus empregados, referente ao mês de março/2021 a contribuição sindical, cujo valor está estabelecido no art.582 da CLT e recolhê-la no mês de abril de 2021, em qualquer agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de sua cobrança ser acrescida das cominações do artigo 600 da CLT, ficando desde já notificados os senhores empregados e empregadores, que a assembleia geral extraordinária realizada dia 29/01/2021 autorizou, previa e expressamente o desconto da contribuição sindical de todos integrantes da categoria profissional, associados ou não, atendendo às formalidades exigidas nos artigos 8º e 149 da Constituição Federal, 545, 578 e seguintes e 610 da CLT, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017. Guarujá/SP, 18 de fevereiro de 2021  
Jorge Machado da Silva - Presidente

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E SUPRIMENTOS**  
**PE nº 137/20 – Proc. nº 2020/094942 - OFERTA DE COMPRA (OC) Nº 030030000012021OC00010 – Objeto:** Fornecimento de solução para expansão e atualização da plataforma atual de Nuvem Privada (Private Cloud) e de virtualização de aplicações, desktops e gestão de dispositivos do fabricante VMware, composta por softwares e respectivos licenciamentos, serviços técnicos e treinamento, em Lote Único. **Abertura da Sessão Pública:** 04/03/2021 às 10:00h.  
**FORNECIMENTO DO EDITAL COMPLETO:** Gratuitamente no **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA** do site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ([www.tjsp.jus.br](http://www.tjsp.jus.br)), e, no caso de Pregão Eletrônico, também no site da **Bolsa Eletrônica de Compras** do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP ([www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br)).

**SICOOB CECRES**  
**COOPERATIVA DE CRÉDITO CECRES - SICOOB CECRES**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA DIGITAL**  
O Presidente do Conselho de Administração da COOPERATIVA DE CRÉDITO CECRES - SICOOB CECRES, CNPJ nº 54.603.022/0001-75, NIRE 35.4.0001710.4, Avenida Ipiranga, 324 - 3º andar, Bloco C, Edifício Investimento - São Paulo - SP, CEP: 01046-010, no uso das atribuições que lhe confere no Estatuto Social, convoca os delegados, que nesta data são de número 42 (quarenta e dois) delegados regionais representantes dos associados em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a realizar-se por meio eletrônico, adotando-se o aplicativo ZOOM como meio de participação e de deliberação, a ser realizada no dia **20 de março de 2021: 1) Em primeira convocação:** às 10h00min, com acesso remoto de no mínimo 2/3 (dois terços) dos delegados; **2) Em segunda convocação:** às 11h00min, com acesso remoto de metade mais um dos delegados; **3) Em terceira convocação e última convocação:** às 12h00min, com acesso remoto de no mínimo 10 (dez) delegados, para deliberar sobre os seguintes assuntos:  
**ORDEM DO DIA:**  
**I. Assembleia Geral Extraordinária**  
1. Apreciação e julgamento do recurso interposto por cooperado eliminado, objetivando reforma do ato do Conselho de Administração que decretou sua eliminação do quadro de cooperados;  
2. Discutir e deliberar proposta para forma ampla do estatuto social da Cooperativa;  
3. Conhecimento e aprovação da atualização da Política Institucional de Governança Corporativa, nos termos de proposta do Centro Corporativo Sicoob.  
**II. Assembleia Geral Ordinária**  
1. Prestação de contas do 1º e 2º semestres do exercício de 2020, compreendendo o Relatório da Gestão, o Demonstrativo de sobras ou perdas, o parecer do Conselho Fiscal e o parecer da Auditoria Externa;  
2. Destinação das sobras apuradas;  
3. Eleição dos membros do Conselho Fiscal;  
4. Fixação dos honorários ou gratificações dos membros do Conselho de Administração e cédula de presença dos membros do Conselho Fiscal;  
5. Fixação do valor global para pagamento dos honorários e gratificações dos membros da Diretoria Executiva;  
**NOTA 1.** A inscrição da chapa para eleição dos membros do Conselho Fiscal deverá ser realizada até às 15:00 horas do dia 22/02/2021 na Sede do Sicoob CECRES, localizada na Avenida Ipiranga, 324 - 3º andar, Bloco C, Edifício Investimento - São Paulo - SP e/ou através do endereço eletrônico divulgado no site do Sicoob CECRES.  
**NOTA 2.** Os interessados deverão inscrever chapa completa pelo requerimento de registro de chapa conforme modelo do Regulamento Eleitoral disponível no site do Sicoob CECRES.  
**NOTA 3.** Somente podem se candidatar aos cargos eletivos os associados Pessoa Física que tenham operado regularmente com a cooperativa na qualidade de associado, registrado em matrícula individual nos últimos 36 meses e que atendam às demais condições previstas no artigo 66 do Estatuto Social vigente e Regulamento Eleitoral.  
**NOTA 4.** Deverão ser anexados ao requerimento de registro de chapa os documentos: Cópia autenticada do RG e CPF; Comprovante de Escolaridade, Currículo Vitae.  
**NOTA 5.** Em caso de empate durante as eleições uma nova Assembleia Geral será realizada em 30/03/2021, no mesmo local e horário definido neste edital, respeitando o quórum mínimo para abertura da Assembleia Geral.  
**NOTA 6.** Os associados que não sejam delegados, poderão comparecer à assembleia geral, sendo, contudo, privados de voz e de voto.  
**NOTA 7.** Para participação na votação dos assuntos da ordem do dia, os delegados deverão acessar o aplicativo ZOOM em seu celular (smartphone), tablet ou notebook.  
**NOTA 8.** O aplicativo ZOOM, que será utilizado para as votações, atende os requisitos de participação à distância por meio eletrônico, garantindo segurança, confiabilidade, transparência nos assuntos a serem tratados e registro de presença dos associados.  
São Paulo, 18 de fevereiro de 2021  
**JOÃO CARLOS GONÇALVES BIBBO**  
Presidente do Conselho de Administração

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 1009104-06.2017.8.26.0292 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Jacaré, Estado de São Paulo, Dr(a). Mauricio Pinheiro Neiva, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) Farturão de Jacaré - EIRELI, CNPJ 22.352.361/0001-30 e Rosiane Silva de Oliveira, RG 49598027-4, CPF 230.180.908-02, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Degregora Comercial Ltda Me, alegando em síntese: "cobrança de 24.367,07, referente o Instrumento de Confissão de Dívida não honorário". Tendo em vista que os executados se encontram em lugar incerto e não sabido, foi deferida a citação e intimação por edital para em 03 dias, a fim de, nos 20 dias supra, efetuar o pagamento da dívida atualizada e acrescida de juros moratórios e honorários advocatícios fixados em 10%, sob pena de converter-se em penhora o arresto sobre o valor de R\$ 1.390,09, penhorado e depositado na conta judicial. Convertido, a ser executado 15 dias, independentemente de nova intimação, para oferecer embargos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Jacaré, aos 12 de novembro de 2020.

**PREFEITURA DE MIRANDÓPOLIS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 443/2021 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2021 – EDITAL Nº 07/2021** A Prefeitura do Município de Mirandópolis, avisa aos interessados que fará registro no dia 04 de março de 2021, às 09:00 horas, licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo preço por item, que tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de medicamentos e insumos para diabéticos, destinados ao atendimento de Mandados Judiciais. Recebimento das propostas: a partir das 14h00 do dia 18 de fevereiro de 2021. Abertura das propostas: 08h30 do dia 04 de março de 2021. Recebimento dos lances: a partir das 09h00 do dia 04 de março de 2021. Referência de tempo: horário de Brasília – DF. Local: <http://bll.org.br>. O Edital completo será fornecido aos interessados, por meio eletrônico sem custo algum, através do site [www.mirandopolis.sp.gov.br](http://www.mirandopolis.sp.gov.br), ou através do site de BLL: <http://bll.org.br>. Informações complementares a respeito da presente licitação, serão obtidas através do e-mail [compras@mirandopolis.sp.gov.br](mailto:compras@mirandopolis.sp.gov.br). Mirandópolis/SP, 17 de fevereiro de 2.021. Everton Luiz Fernandes Sodario Raimundo - Prefeito

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**Pregão Eletrônico n.º 030/2021 – Proc. Adm. n.º. 097/2021**  
**Objeto:** – Contratação de empresa especializada em prestação de SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS RELATIVOS A LICITAÇÕES DESTE MUNICÍPIO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO, conforme Preceitua a Lei n.º 8.666/1993, pelo período de 12 meses. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 18/02/2021, no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), bem como por meio do site [www.santanadeparnaiba.sp.gov.br](http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br), na aba serviços para sua empresa, licitações. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 02/03/2021, às 10h00min.** Santana de Parnaíba, 17 de fevereiro de 2021.  
**ORDENADOR DE PREGÃO**

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**  
**ATA DA SESSÃO RESERVADA DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**  
**ATA Nº 004/2021 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2020**  
**PROCESSO SDE-PRC-2020/00179.**  
**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU INSTITUIÇÕES QUALIFICADAS PARA OFERTAR, MINISTRAR E COORDENAR CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E CERTIFICAR ESTUDANTES NO ESTADO DE SÃO PAULO. As 14:00 horas do dia dezesseis de fevereiro de 2021, na sala de Reuniões 1, situada à Avenida Escala Politécnica, 82, térreo, Jaguaré, São Paulo/SP, reuniu-se a Comissão Julgadora de Licitação, designada pelo Despacho do Excelentíssimo Senhor Secretário Executivo de Desenvolvimento Econômico de 28/01/2021, a fl. 1999, do Processo nº SDE-PRC-2020/00179, estando presentes os membros Sr. Martin Nagayama Nogueira, RG: 30.113.221-5, Sr. Arthur Vicente Neto - RG: 29.971.009-9, Srª Natália Lupinetti Vido - RG: 29.733.767-1, e o Sr. Djalma de Souza Pinto Júnior - RG: 11.241.063-7, presidente da referida Comissão, para deliberação acerca das propostas de preço abertas na sessão pública do dia 16 de fevereiro de 2021, no período da manhã, bem como em relação à classificação final das propostas. Após análise, ficaram caracterizadas as seguintes pontuações e classificação final: **LOTE 1 – 1º colocada:** Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino, Tecnologia e Cultura – FAPETEC, CNPJ 06.091.146/0001-76, 1 ponto; **2º colocada:** Associação Sequencial de Ensino, CNPJ 09.302.588/0001-02 – 0,93 pontos; **3º colocada:** Colégio Técnico Pentágono SS LTDA, CNPJ 18.099.161/0001-40 – 0,87 pontos; **LOTE 2 – 1º colocada:** Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino, Tecnologia e Cultura – FAPETEC, CNPJ 06.091.146/0001-76, 1 ponto; **2º colocada:** Associação Sequencial de Ensino, CNPJ 09.302.588/0001-02 – 0,96 pontos; **3º colocada:** FACEB Educação LTDA, CNPJ 03.099.921/0001-41, 0,84 pontos; **LOTE 3 – 1º colocada:** Associação Sequencial de Ensino, CNPJ 09.302.588/0001-02 – 1 ponto; **2º colocada:** ESSA Educação Profissional S.A, CNPJ 08.690.642/0001-71 – 0,75 pontos; **3º colocada:** Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino, Tecnologia e Cultura – FAPETEC, CNPJ 06.091.146/0001-76 – 0,74 pontos; **4º colocada:** Colégio Técnico Pentágono SS LTDA, CNPJ 18.099.161/0001-40, 0,68 pontos; **LOTE 4 – 1º colocada:** Associação Sequencial de Ensino, CNPJ 09.302.588/0001-02 – 1 ponto; **2º colocada:** ESSA Educação Profissional S.A, CNPJ 08.690.642/0001-71 – 0,85 pontos; **3º colocada:** Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino, Tecnologia e Cultura – FAPETEC, CNPJ 06.091.146/0001-76 – 0,67 pontos; **4º colocada:** FACEB Educação LTDA, CNPJ 03.099.921/0001-41, 0,63 pontos; **5º colocada:** Colégio Técnico Pentágono SS LTDA, CNPJ 18.099.161/0001-40, 0,63 pontos; **LOTE 5 – 1º colocada:** Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino, Tecnologia e Cultura – FAPETEC, CNPJ 06.091.146/0001-76 – 1 ponto. A presente Comissão, considerando o estabelecido no subitem 11.2.5.3 do Edital (página 22), procedeu diligência complementar junto à licitante Associação Sequencial de Ensino, CNPJ 09.302.588/0001-02, solicitando, através dos e-mails [rudaina@gruposequencial.com.br](mailto:rudaina@gruposequencial.com.br) e [otavio@gruposequencial.com.br](mailto:otavio@gruposequencial.com.br), a apresentação da composição dos preços unitários relativos à proposta comercial apresentada para o Lote nº 4, visando comprovar a viabilidade dos preços constantes da proposta em comento. Após a sua análise, concluiu em 17/02/2021, a mesma foi considerada viável e exequível, sendo classificada conforme a sua respectiva Nota Final. As tabelas que embasaram a pontuação das licitantes seguem anexas a esta ATA. O resultado da análise das propostas técnicas das licitantes deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE/SP, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, nos termos do artigo 109, inciso I, da Lei 8.666/1993. Eu, Djalma de Souza Pinto Júnior, redigi a presente Ata, que, após lida e aprovada, vai devidamente assinada pelos membros da Comissão Julgadora. Nada mais havendo é declarada encerrada esta Sessão.  
São Paulo, 17 de fevereiro de 2021.  
DJALMA DE SOUZA PINTO JÚNIOR - Presidente  
NATÁLIA LUPINETTI VIDO - Membro  
ARTHUR VICENTE NETO - Membro  
MARTIN NAGAYAMA NOGUEIRA - Membro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREGULHO - Estado de São Paulo**  
**Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº 001/2021 – Processo nº 7001/2021**  
**Objeto:- CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS COM EXCLUSIVIDADE, NECESSÁRIO AO PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ÀS PREFEITURAS, Câmaras Municipais e Fundações, ainda que contratados de forma Temporária, excluídos os temporários contratados por intermediação de empresas de serviços terceirizados, na Base Territorial abrangida pelos Municípios de Araçatuba, Luizlândia, Alto Alegre, Queiroz, Iacri, João Ramalho, Santópolis do Aguapeí, Clementina, Gabriel Monteiro, Monções, Guzelândia, Buritama, Lourdes, Planalto, Zacarias, Turibua, manda publicar a composição da Chapa Concorrente, única com registro aprovado, nos termos da Reunião do 17 de fevereiro de 2021, na sede do Sindicato, franqueando-se aos interessados apresentação de impugnação nos termos do Art. 53, 55 e seguintes do Estatuto Social do SISEMA no prazo de 3(três) dias: A Primeira Chapa Insrita, numerada **CHAPA 1 - "SEGUINDO EM FRENTE"**, com a seguinte composição: **Presidência:** Denilson Antônio Pichitelli; **Vice-Presidência:** Mauro José Pereira; **Secretário Geral:** Luis Roberto dos Santos Brás; **1º (primeiro) Secretário:** Elóiza Fernanda de Almeida; **2º (segundo) Secretário:** Marcos Camargo Campina da Silva; **1º (primeiro) Tesoureiro:** João Roberto Marini; **2º (segundo) Tesoureiro:** José Roberto Gomes; **1º (primeiro) Membro Efetivo do Conselho Fiscal:** Marcelo Aparecido de Oliveira Silveiro; **2º (segundo) Membro Efetivo do Conselho Fiscal:** Diogo Rodrigues Canesini; **3º (terceiro) Membro Efetivo do Conselho Fiscal:** Jhonatan da Silva; **1º (primeiro) Membro Suplente do Conselho Fiscal:** Flávia Cristina Gomes da Silva; **2º (segundo) Membro Suplente do Conselho Fiscal:** Sonia Maria Pessoa; **3º (terceiro) Membro Suplente do Conselho Fiscal:** Julio Cesar G. Sarmento; **1º (primeiro) Membro Efetivo do Conselho Deliberativo:** José Antônio Lourenço Machado; **2º (segundo) Membro Efetivo do Conselho Deliberativo:** Edir Carlos Lopes da Silva; **3º (terceiro) Membro Efetivo do Conselho Deliberativo:** Rita Isabel Alonso dos Santos Moreira; **4º (quarto) Membro Efetivo do Conselho Deliberativo:** Emerson Eduardo Miranda de Selos; **5º (quinto) Membro Efetivo do Conselho Deliberativo:** Cristina Mirian Jacob; **6º (sexto) Membro Efetivo do Conselho Deliberativo:** Lucilene Floriano; **7º (sétimo) Membro Efetivo do Conselho Deliberativo:** Antônio Chapeita Rocha; **8º (oitavo) Membro Efetivo do Conselho Deliberativo:** Fabiano Alves Lopes; **1º (primeiro) Membro Suplente do Conselho Deliberativo:** Luana Carla Fernandes Claro; **2º (segundo) Membro Suplente do Conselho Deliberativo:** Aparecido Gonçalves de Souza; **3º (terceiro) Membro Suplente do Conselho Deliberativo:** Ingilson Roberto S. Mulato; **4º (quarto) Membro Suplente do Conselho Deliberativo:** André Renato Mendes; **5º (quinto) Membro Suplente do Conselho Deliberativo:** Pedro Marcos Boretto; **6º (sexto) Membro Suplente do Conselho Deliberativo:** Dionísio Rosa David; **7º (sétimo) Membro Suplente do Conselho Deliberativo:** Plínio Fernandes dos Santos; **8º (oitavo) Membro Suplente do Conselho Deliberativo:** Roberto Gomes dos Santos; **Maurício de Araújo Perez** - Presidente da Comissão Eleitoral, **Edvaldo Calixto de Oliveira** - Coordenador da Comissão Eleitoral.**

**SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EDIFÍCIOS E CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E MISTOS DE PIRACICABA E REGIÃO**, inscrito no CNPJ (MF) sob nº 02.570.887/0001-89 - **COMUNICADO DE REGISTRO DE CHAPA** - O Coordenador das Eleições Sindicais comunica que, encerrado o prazo estabelecido no Estatuto Social, para o registro de Chapa, foram realizados nos dias 11/02/2021 (primeira convocação) e 15/02/2021 (segunda convocação), consta o registro da chapa que tem a seguinte composição: **Diretoria Efetiva: Presidente:** Antonio Pereira Lira; **Secretário Geral:** Roberto Natal Bispo e **Tesoureiro Geral:** Alexandre dos Santos Brito; **Diretoria Suplente:** Sebastião Mizael de Oliveira, Antonio Carlos Sottopietro e Manoel Pereira; **Conselho Fiscal Efetivo:** João Lazaro Elisbão; José Maria Esteves de Souza e José Manoel da Silva; **Conselho Fiscal Suplente:** Antonio Aragão Oliveira; **Conselho de Representantes junto à Federação:** Efetivos: Antonio Pereira Lira e Alexandre dos Santos Brito; **Suplentes:** Roberto Natal Bispo e Sebastião Mizael de Oliveira. Fica aberto prazo de três dias a contar da publicação deste comunicado para oferecimento de impugnações. Piracicaba, 16 de fevereiro de 2021. **Ricardo Canale Gandelin** - Coordenador do Pleito.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**Pregão Eletrônico n.º 029/2021 – Proc. Adm. n.º. 096/2021**  
**Objeto:** Aquisição de INSUMOS E MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS PARA USO DOS CÃES DO CANIL DA GUARDA MUNICIPAL COMUNITÁRIA, em atendimento à solicitação da Secretaria de Segurança Urbana, pelo período de 12 (doze) meses. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 19/02/2021, no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), bem como por meio do site [www.santanadeparnaiba.sp.gov.br](http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br), na aba serviços para sua empresa, licitações. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 03/03/2021, às 10h00min.** Santana de Parnaíba, 17 de fevereiro de 2021.  
**ORDENADOR DE PREGÃO**

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**  
**DAE - BAURU/SP**  
**Informações**  
Serviço de Compras do DAE, Rua Padre João nº 11-25, Vila Santa Tereza, CEP: 17.012-020, Bauru/SP, no horário das 08h00 às 17:00 horas e fones: (14) 3235-6146, 3235-6172, 3235-6173 ou 3235-6168. Os Editais do DAE estão disponíveis através de **download** gratuito no site [www.daeabauru.sp.gov.br](http://www.daeabauru.sp.gov.br).



## ANEXO I-B

### DECLARAÇÃO (item 4.1.4.1 do Termo de Referência)

Pregão Eletrônico nº 90059/2026 – Processo 2026/039547

\_\_\_\_\_, (nome da licitante) \_\_\_\_\_, CNPJ  
nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os  
fins do Pregão em epígrafe, **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

- a) Está ciente da exigência de entrega da comprovação da tiragem mínima diária, apurada em média semanal, de 20.000 (vinte mil) exemplares de circulação diária no Estado de São Paulo, incluindo a cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana, atestada por certidão ou outro documento hábil emitido pelo Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas no Estado de São Paulo ou por empresas que realizam auditoria junto a jornais através de certidão emitida por instituto ou órgão verificado de circulação (TC-000850.989/13/8 e TC-6763/026/00), nos termos do item 4.1.4 e 4.1.4.1.1 do **Anexo I – Termo de Referência**.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.  
(Local)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do responsável)

Nome: \_\_\_\_\_

Cédula de Identidade nº: \_\_\_\_\_

ANEXO I-C - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS						
Pregão Eletrônico nº		Processo nº				
DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA PROPONENTE						
CNPJ						
Razão Social						
Endereço						
Bairro		Cidade		UF		
CEP		Telefone				
e-mail						
Data da proposta:			Validade da proposta:			
Planilha de Composição de Custos						
Item	Catser	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade estimada para 24 meses	Valor unitário	Valor Total
1	4227	Publicação, na forma eletrônica, ou eletrônica e impressa, de aviso de licitações, em jornal de grande circulação, sob demanda, que abranja o Estado de São Paulo, no formato de 02 (duas) colunas, com aproximadamente 9,6 cm.	centímetro x coluna	5.500		R\$ 0,00

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por ELIANA BONTANSA (12/06/26), RFERNADES@TJSP.JUS.BR (12/06/26). Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do> e informe o processo 2026/00039547 e o código ZF884G2H.

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Rua Direita, 250 - 23º andar - Sé  
São Paulo - Capital

#### REFERÊNCIAS:

**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Processo:** 2026/039547  
**Pregão Eletrônico nº:** 90059/2026  
**Tipo:** Menor Preço  
**Data da Abertura da Sessão Pública:** Dia 30/06/2026  
**Horário:** 11:00 horas

[razão social], CNPJ nº [número do CNPJ], endereço [endereço completo], por seu/sua representante legal, [nome do(a) representante], CPF nº [número do CPF], para todos os fins legais estabelecidos para fins da presente licitação, declaro que a empresa:

- 1) atende em sua integralidade o disposto na Lei nº 10.097/2000 (*Lei do Aprendiz*).
- 2) atende aos requisitos de habilitação, sendo que o declarante responde pela veracidade das informações prestadas (*inc. I, art. 63, da Lei nº 14.133/2021*).
- 3) estar enquadrada como:
  - ☐ Microempresa (ME);
  - ☐ Empresa de pequeno porte (EPP);
  - ☐ Sociedade cooperativa;
  - ☐ Outras.
- 4) inexistem em seu quadro societário ou cônjuges, de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com membros ou juizes vinculados ao TJSP, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento.

- 5) atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, em virtude das disposições do parágrafo único, art. 117, da Constituição do Estado de São Paulo.
- 6) possui ou providenciará a abertura de conta corrente no Banco do Brasil, antes da assinatura do contrato ou emissão da Nota de Empenho, para realização do pagamento, nos termos do art. 1º do Decreto Estadual nº 62.867/2017.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

**OBSERVAÇÃO:** esta declaração deverá ser enviada por meio eletrônico, nos termos do subitem 6.7.8.1 do Edital, quando solicitada pelo(a) pregoeiro(a) e apenas para a vencedora da licitação.

## ANEXO III

### TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS DO CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_

O presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS rege a divulgação de informações entre a CONTRATADA, \_\_\_\_\_, estabelecida(o) a \_\_\_\_\_, Município \_\_\_\_\_, inscrita(o) no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada(o) por \_\_\_\_\_ ao final assinado, e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede na Praça da Sé s/nº, Centro, São Paulo, SP, CEP 01018-010, inscrito no CNPJ/MF sob nº 51.174.001/0001-93, doravante denominado TJSP, neste ato, por seu representante legal ao final assinalado, o qual, a partir do reconhecimento deste ato, dá conhecimento e estabelece as regras de confidencialidade e de proteção de dados a serem observadas pelas partes:

1. A CONTRATADA DECLARA e compromete-se:
  - a) A cumprir rigorosamente as normas regulamentares sobre a utilização dos meios e infraestrutura, bem como as diretrizes estipuladas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), mantendo a confidencialidade em relação a toda a documentação e à coleta de dados pessoais (sensíveis ou não) indispensáveis à prestação do serviço, se houver. Os dados assim coletados, bem como os dados pessoais sensíveis, somente poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, conforme disposto, respectivamente, nos artigos 8º, § 1º e art. 11, incisos I e II, da LGPD, qual seja (especificar) \_\_\_\_\_ e, em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins. Não haverá a possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades (inciso I do art. 6º da LGPD), bem como serão consideradas nulas as autorizações genéricas (§ 4º do art. 8º da Lei nº 13.709, 2018). A CONTRATADA, nos termos do art. 7º, § 5º, da LGPD, obriga-se a obter o consentimento do(s) respectivo(s) titular(es), sempre que a disponibilização dos dados ao TJSP assim o requerer. Em se tratando de dados disponibilizados pelo TJSP à CONTRATADA, o Tribunal obterá o consentimento do(s) respectivo(s) titular(es), sempre que a lei assim o requerer, após solicitação da contratada;
  - b) A armazenar os dados obtidos em razão desse contrato em um banco de dados seguro, mantido em território nacional, com transparente identificação do perfil dos credenciados, garantindo-se a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer tempo, de desvios e falhas, vedado seu compartilhamento com terceiros;

- c) Não divulgar as informações obtidas nas atividades exercidas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, exceto quando expressamente autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP);
  - d) Não permitir que qualquer pessoa manuseie qualquer documento físico ou eletrônico que componha ou tenha resultado de atividades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), exceto se devidamente autorizada;
  - e) Não explorar, em benefício próprio ou de terceiros, informações e documentos adquiridos através da participação em atividades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP);
2. DECLARA AINDA CIÊNCIA de que:
- f) Qualquer divulgação oral ou eletrônica, que acompanhe a informação escrita, também será considerada Informação Confidencial. Se a informação for divulgada oral ou eletronicamente sem documentação escrita acompanhando, também será considerada Informação Confidencial, salvo manifestação expressa em contrário da Parte Divulgadora quando da divulgação;
  - g) Dará conhecimento formal aos seus empregados, representantes, prepostos, consultores ou qualquer terceiro que tenha conhecimento da presente contratação, das obrigações e condições acordadas neste item, bem como da Política de Privacidade do TJSP, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais (sensíveis ou não) de que trata a presente cláusula, responsabilizando-se por toda e qualquer operação realizada em desacordo com a Lei nº 13.709/2018 e/ou outros normativos que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados;
  - h) As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, inerentes ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais. Ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), por sua vez, é reservada a prerrogativa de monitorar e auditar quaisquer atividades que envolvam dados ou informações cuja perda ou vazamento possa trazer graves implicações ao Tribunal de Justiça ou consequências administrativas, civis ou criminais aos responsáveis por sua violação, notadamente por meio do representante especialmente designado, a que se refere o art. 117 da Lei 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos);
  - i) Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA providenciará seu descarte de forma segura, comunicando o TJSP;



- j) A CONTRATADA deverá comunicar ao TJSP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais sensíveis ou não, a fim de viabilizar a adoção das providências devidas;
- k) As partes se comprometem a adotar as melhores práticas de Proteção de Dados, conforme Lei nº 13.709/2018 e/ou outros normativos que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados;
- l) O TJSP deverá, considerando os meios tecnológicos disponíveis e adequados às suas atividades, a natureza dos dados armazenados e os riscos a que estão expostos, adotar medidas físicas e lógicas, de caráter técnico e organizacional, a fim de prover a confidencialidade e a segurança de seus dados, evitar sua alteração, perda, subtração ou acesso não autorizado, bem como a violação da privacidade dos sujeitos titulares dos dados;
- m) O descumprimento das obrigações relacionadas à confidencialidade e à segurança de dados, de informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, determinará a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos, sem prejuízo das sanções estabelecidas, no presente contrato. Desse modo, as partes responderão administrativa e judicialmente, e, em solidariedade com os agentes de tratamento, estes conceituados nos incisos VI, VII e VIII do art. 5ª da Lei nº 13.709/2018, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD, conforme previsto em seu art. 42, § 1º, inciso I;
- n) O presente Acordo somente poderá ser alterado mediante consentimento mútuo e Aditamento por escrito, assinado por ambas as partes. As obrigações de confidencialidade contidas no presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS se perpetuarão por tempo indeterminado, independente do término da vigência do CONTRATO.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
(Assinado Digitalmente)

**CONTRATADA**  
(Assinado Digitalmente)

## Anexo IV - Relatório de Resultado da Pesquisa de Preços



TJSP - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

08/04/2026 - 16:17

Relatório de Resultado da Pesquisa

Página: 1 de 2

Nº do processo: 2026/00039547

Nº compra: 0052/2026

Critério de julgamento: Provimento CSM nº 2724/2023

Composição do preço: Não excluir valores

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÕES, SOB DEMANDA, NO FORMATO IMPRESSO, COM VERSÃO DIGITAL, EM JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO - CONTRATAÇÃO.

Condições de pagamento:

Garantia/validade mínima:

Validade da proposta:

Data da pesquisa: 08/04/2026

Órgão	Setor origem	Nº pedido/ano	Classificação econômica
TJSP - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	SAAB 5.1.1 - Serviço de Licitações	0000001/2026	Despesa

Empresas que apresentaram preços	CPF/CNPJ	Contato	Telefone	E-mail	Validade prop.	Data envio prop.
P001 - OUTRAS FONTES - PROVIMENTO Nº 2724/2023						

## Valores a licitar

Nº	Código	Descrição lote/item	Unid.	Qt. licitar por parcela	Parcelas	Periodicidade	Compras. gov	SIAFISCO	P001	Referência	Valor por parcela	Total
0001	55.0071	Prestação de serviços de publicação de anúncios em jornal diário de grande circulação no Estado de S	CM	5.500	1	Mensal			114,08	114,08	627.440,00	627.440,00
Valor total da proposta por participante:									114,08	114,08	627.440,00	627.440,00

## Informações do contrato

Nº Pedido: 0000001/2026

Tipo de contratação: Licitação

Existe contrato vigente para o objeto: Sim

Motivo do pedido: Término de vigência contratual (ordinário)

Contrato	Nº processo	Objeto	Contratada	CNPJ	Vigência
000.082/2021/CT	2021/00025178	Publicação de Anúncios	PHABRICA DE PRODUÇÕES SERVIÇOS DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA	00.662.315/0001-02	09/08/2021 a 08/08/2026

Objeto deste pedido está inserido na Proposta Orçamentária Setorial(POS) vigente? Sim





## Relatório de Pesquisa de Preços<sup>1</sup>

Instrução Normativa TJSP nº 006/2024

Processo nº: 2026/039.547

### 1. Objeto (inc. I do art. 3º)

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicação de aviso de licitações, sob demanda, no formato impresso, com versão digital, em jornal diário de grande circulação, para atendimento das necessidades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) - CONTRATAÇÃO.

### 2. Caracterização das fontes consultadas (inc. III do art. 3º)

Fonte	Descrição	Fls.
Banco de Preços (inc. I e II do art. 4º)	Plataforma contratada pelo TJSP para facilitar a pesquisa e comparação de preços praticados pela administração pública.	60/64
Compras.sp.gov.br (inc. I e II do art. 4º)	Ferramenta do Governo Federal que disponibiliza dados e informações de compras públicas.	65/72
PNCP (inc. I e II do art. 4º)	Portal Nacional de Contratações Públicas - sítio oficial em que estão publicadas as informações sobre as contratações públicas.	73/75
TJSP (inc. II do art. 4º)	Contratações similares do próprio Tribunal de Justiça.	
Mídia especializada (inc. III do art. 4º)	Pesquisa publicada em mídia especializada/tabela de referência.	
Pesquisa direta com fornecedor (inc. IV do art. 4º)	Pesquisa realizada com empresas no mercado privado.	
Base Nacional de Notas Fiscais (inc. V do art. 4º)	Pesquisa na base nacional de notas fiscais disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas.	

### 3. Série de preços coletados (inc. IV do art. 3º) e indicação clara do valor estimado (inc. VIII do art. 3º)

Item	CatSer	Descrição	Unidade de medida	Quantidade estimada para 24 meses	Valor unitário	Valor total
1	4227	Publicação, na forma eletrônica, ou eletrônica e impressa, de aviso de licitações, em jornal de grande circulação, sob demanda, que abranja o Estado de São Paulo, no formato de 02 (duas) colunas, com aproximadamente 9,6 cm.	centímetro x coluna	5.500	R\$ 114,08	R\$ 627.440,00

Os documentos que deram suporte aos preços estão instruídos nas páginas 60/64 (Banco de Preços).

O valor total de referência para a contratação é de **R\$ 114,08 (unitário)** e de **R\$ 627.440,00** para o período de 24 (vinte e quatro) meses.

### 4. Justificativa para a utilização, isolada ou combinada, dos parâmetros de pesquisa (inc. V do art. 3º) e inc. I e II do art. 4º)

Conforme informado no item 2 (Caracterização das fontes consultadas), realizamos consultas no Banco de Preços, no Compras.sp.gov.br e no PNCP (páginas 60/75). Diante disso, a presente pesquisa de preços foi realizada de forma combinada, buscando nas referidas plataformas de consultas, parâmetros de custos aceitáveis para a contratação dos serviços de publicação de anúncios em jornal diário de grande circulação.

#### **5. Método estatístico aplicado para a definição do valor estimado (inc. VI, art. 3º)**

Para definição do valor estimado, foram utilizadas cotações obtidas no Banco de Preços, baseado na média aritmética dos preços obtidos para serviços que se aproximam aos da presente contratação.

#### **6. Justificativa para metodologia aplicada (inc. VII do art. 3º)**

A adoção da pesquisa realizada no Banco de Preços como referencial de custos para contratação dos serviços de publicação de anúncios em jornal diário de grande circulação se explica em razão dos resultados obtidos no Compras.sp.gov.br e no PNCP terem valores médios superiores aos obtidos no Banco de Preços, os quais refletem melhor o preço de mercado.

#### **7. Justificativa para escolha dos fornecedores (inc. IX do art. 3º) e (inc. I do art. 4º)**

Não se aplica, pois não foram realizadas pesquisa com fornecedores do mercado privado.

#### **8. Servidores responsáveis (inc. II do art. 3º)**

Anderson Luiz Gruppo, matrícula 368.041, Escrevente Técnico Judiciário.

#### **9. Conclusão da pesquisa de preços realizada**

A conclusão da pesquisa de preços foi conduzida com base na IN Nº 006/2024, oportunidade em que foram consultadas as plataformas: Banco de Preços, Compras.sp.gov.br e PNCP, tendo como parâmetros na definição do preço referencial os resultados das consultas junto ao Banco de Preços (páginas 60/64), cujos valores referenciais foram obtidos pela média aritmética.

O item do Siafísico consta à página 76 e o código do Catálogo Compras consta à página 77.

Sendo cumpridos assim os requisitos legais, apresentamos às páginas 78/79 - Quadro Pesquisa de Preços para prosseguimento da matéria.

Assim encaminhamos para prosseguimento.

São Paulo, data registrada em sistema.

Anderson Luiz Gruppo  
Escrevente Técnico Judiciário  
SAAB 5.2.2.1

<sup>i</sup> Fonte: [TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo](#)

Minuta

## ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO

Contrato lavrado entre o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO** e a **[NOME DA EMPRESA]**, para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicação de aviso de licitações, sob demanda, no formato impresso, com versão digital, em jornal diário de grande circulação, de acordo com o **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**, integrante do **Processo nº 2026/39547**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Provimento CSM nº 2.724/2023 e Instruções Normativas nº 17/2025 e 21/2026, do Tribunal de Justiça de São Paulo, Resoluções do Conselho Nacional de Justiça nº 7/2005, 9/2005, 181/2013, 229/2016, 351/2020 e 400/2021, além das regulamentações estaduais, bem como de toda legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com as citadas leis.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 51.174.001/0001-93, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo **[\_\_cargo do representante\_\_]**, o Dr. **[\_\_Nome do Representante\_\_]**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº **[\_\_\_.\_\_\_-\_\_]** e do C.P.F. nº **[\_\_\_.\_\_\_-\_\_]**, e a **[NOME DA EMPRESA]**, estabelecida na **[\_\_Endereço, Cidade e Estado\_\_]**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº **[\_\_\_.\_\_\_/\_\_\_-\_\_]**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato por seu (a) **[\_\_cargo do representante\_\_]**, o Sr (a) **[\_\_Nome do Representante\_\_]**, portador(a) da Cédula de Identidade R.G. nº **[\_\_\_.\_\_\_-\_\_]** e do C.P.F. nº **[\_\_\_.\_\_\_-\_\_]**, assinam o presente instrumento sob as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicação de aviso de licitações, sob demanda, no formato impresso, com versão digital, em jornal diário de grande circulação, para



atendimento das necessidades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), conforme documentação constante nos Anexos e demais condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência, por empreitada por preço unitário.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS

- 2.1-** Os serviços serão executados em conformidade com as Cláusulas do presente Instrumento e os termos dos seus ANEXOS, que ficam fazendo parte integrante deste Contrato para todos os fins e efeitos de direito, como segue:
- 2.1.1-** Anexo I – Termo de Referência;
  - 2.1.2-** Anexo II – Modelo de Anúncio;
  - 2.1.3-** Anexo III – Declaração de Comprovação de Tiragem;
  - 2.1.4-** Anexo IV – Planilha de Formação de Preços;
  - 2.1.5-** Anexo V – Declaração Unificada – Lei 14.133/2021;
  - 2.1.6-** Anexo VI – Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados.
- 2.2-** A prestação dos serviços ocorrerá de forma remota, sob demanda do CONTRATANTE, que encaminhará o conteúdo a ser publicado à CONTRATADA por e-mail ou outra forma que vier a ser acordada.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 3.1-** A CONTRATADA dará plena e fiel execução ao presente instrumento, respeitando todas as suas cláusulas e condições do Anexo I – Termo de Referência, obrigando-se ainda a:
- 3.1.1-** Os serviços deverão ser iniciados em até 5 (cinco) dias úteis, a contar do início da vigência contratual, com o cumprimento integral de todas as obrigações elencadas no instrumento contratual.
  - 3.1.2-** Responder e responsabilizar-se pela segurança dos serviços prestados e/ou material fornecido perante o CONTRATANTE, seus próprios funcionários e terceiros, bem como, eventuais danos patrimoniais ou extrapatrimoniais causados, adotando cuidados para prevenção de acidentes, com observação e cumprimento das normas, regulamento e determinações de segurança, adotando as medidas corretivas necessárias.
  - 3.1.3-** Assumir exclusiva e total responsabilidade por todo e qualquer dano físico ou moral, material e/ou lucros cessantes, ocasionado a qualquer de seus funcionários ou a terceiros e pela segurança de suas operações.

- 3.1.4-** Indenizar o CONTRATANTE, por quaisquer danos causados por seus funcionários às instalações ou bens de propriedade do CONTRATANTE, bem como, danos físicos ou morais, causados aos funcionários do CONTRATANTE ou a terceiros.
- 3.1.5-** Manter, durante a vigência contratual, as mesmas condições que propiciaram sua habilitação e qualificação no procedimento licitatório.
- 3.1.7-** Aceitar os acréscimos ou supressões no objeto contratual, a critério do CONTRATANTE, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.1.8-** Ao longo de toda a execução do contrato, a CONTRATADA deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.
- 3.1.8.1-** Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos mencionada no item 3.1.8 com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.
- 3.1.9-** Zelar pela qualidade e segurança dos serviços prestados.
- 3.1.10-** Arcar com todos os ônus fiscais, previdenciários, sociais, trabalhistas e securitários resultantes da contratação, bem como com quaisquer outros que, direta ou indiretamente, sob qualquer título ou fundamento, mantenham vinculação com a prestação dos serviços objeto do contrato.
- 3.1.11-** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto dessa contratação.
- 3.1.12-** Comunicar à Equipe de Gestão, imediatamente e por escrito, qualquer fato que impossibilite o cumprimento das cláusulas contratuais dentro dos prazos previstos em contrato.
- 3.1.13-** Refazer, de imediato, qualquer serviço executado de forma inadequada, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, publicando o anúncio no primeiro dia útil seguinte à solicitação de correção.
- 3.1.14-** Responder à CONTRATANTE por danos patrimoniais ou extrapatrimoniais que der causa.
- 3.1.15-** Instruir 2 (dois) funcionários indicados pela CONTRATANTE sobre os procedimentos a serem adotados para o envio dos textos a serem publicados.
- 3.1.16-** Responsabilizar-se pela diagramação dos textos para publicação.
- 3.1.17-** Informar telefone de contato e o e-mail para o envio dos textos das publicações e para as comunicações.

- 3.1.18-** Publicar os anúncios, encaminhados até as 16 (dezesseis) horas do dia anterior pela CONTRATADA, no dia útil seguinte.
- 3.1.19-** Não divulgar nem fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato e não utilizar o nome do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia, emitida pela CONTRATANTE.
- 3.1.20-** Indicar e manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato (Art. 118 da Lei 14.133/2021).
- 3.1.21-** A CONTRATADA deve garantir a disponibilidade dos serviços de publicação em todos os dias úteis, de segunda à sexta.
- 3.1.22-** Os anúncios encaminhados pela CONTRATANTE à CONTRATADA, por e-mail, até as 16 (dezesseis) horas, de segunda à sexta-feira, devem ser publicados no dia útil seguinte.
- 3.1.23-** Eventuais erros na publicação dos atos oficiais que forem constatados pela CONTRATANTE, e comunicados por e-mail à CONTRATADA até às 16 (dezesseis) horas, devem ser corrigidos na edição do útil seguinte.
- 3.3- Cumprimento da Resolução CNJ nº 351/2020**
- 3.3.1-** O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mantém canal permanente para acolhimento, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, resguardado pelo sigilo profissional, a fim de minimizar riscos psicossociais e promover a saúde mental no trabalho, nos termos do art. 19 e 21 da Resolução CNJ nº 351/2020;
- 3.3.2-** Nas situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, o funcionário ou a funcionária, o estagiário ou a estagiária deverá entrar em contato com a Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), por meio do Canal Direto com o Presidente, e-mail: daps@tjsp.jus.br, contendo:
- 3.3.2.1-** Nome completo, posto de trabalho, e-mail e CPF do requerente;
- 3.3.2.2-** Nome da empresa contratada;
- 3.3.2.3-** Descrição sucinta dos acontecimentos.
- 3.3.3-** A empresa contratada deverá comunicar aos funcionários ou às funcionárias, aos estagiários ou às estagiárias sobre a política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e de todas as formas de discriminação definidos no art. 2º da Resolução CNJ nº 351/2020, assim como

o Canal Direto com o Presidente do Tribunal de Justiça, e-mail: [daps@tjsp.jus.br](mailto:daps@tjsp.jus.br);

- 3.3.4-** A íntegra da Resolução CNJ nº 351/2020 poderá ser obtida no endereço eletrônico: [atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557](https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557);
- 3.3.5-** Nos casos de retaliação ao funcionário ou à funcionária, ao estagiário ou à estagiária da empresa contratada que tenham noticiado fatos relacionados à Resolução CNJ nº 351/2020, mesmo após eventual rescisão do contrato com a empresa contratada, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), deverá analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.
- 3.4-** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do contratado não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 3.4.1-** Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo:
- 3.4.1.1-** Sejam observados todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- 3.4.1.2-** Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- 3.4.1.3-** Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 3.5-** Na ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou transferência de 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital social, a Contratada deverá comunicar, de imediato, o Contratante para conhecimento e análise, em conformidade com o subitem 3.4 e respectivas subdivisões, observada a necessidade de formalização de termo aditivo na hipótese de que trata o subitem 3.4.1.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 4.1-** O CONTRATANTE dará plena e fiel execução ao presente instrumento, respeitando todas as suas cláusulas e condições do Anexo I – Termo de Referência, obrigando-se ainda a:

- 4.1.1-** Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do contrato.
- 4.1.2-** Comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, sobre eventual mudança do endereço de cobrança.
- 4.1.3-** Permitir livre acesso às instalações, quando solicitado pela CONTRATADA ou seus empregados em serviço.
- 4.1.4-** Indicar o(a) Gestor(a) e os(as) Fiscais para acompanhamento da execução contratual.
- 4.1.5-** Ordenar a retirada do local, bem como a imediata substituição, de empregado/empregada da Contratada que estiver sem uniforme, com calçado inadequado, sem crachá, sem EPI, bem como que embarçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja permanência na área seja motivadamente julgada inconveniente.
- 4.1.6-** Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.
- 4.1.7-** Comunicar à CONTRATADA sobre qualquer irregularidade na execução dos serviços.
- 4.1.8-** Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução do objeto do Contrato.
- 4.1.9-** Supervisionar o desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo das responsabilidades da CONTRATADA.
- 4.2-** O CONTRATANTE terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do inciso XI, artigo 92 da Lei 14.133/2021.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 5.1-** A gestão e fiscalização serão exercidas no interesse exclusivo do CONTRATANTE, nos termos do capítulo IX, do Provimento CSM nº 2.724/2023, não suprimindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 5.2-** Atuarão na fase da gestão, da fiscalização do recebimento do objeto, os servidores designados pela(s) Secretaria(s) responsável(eis) ou, não havendo, pela(s) Diretoria(s) ou Coordenadoria(s), bem como seus suplentes, conforme designação da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça.
- 5.3-** Para efeito do disposto nesta cláusula, o CONTRATANTE registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas

- comunicando-as à CONTRATADA para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- 5.4-** O(a) Gestor(a) do Contrato, a cada seis meses contados da assinatura do contrato, solicitará a documentação de habilitação e qualificação, constantes do edital de licitação ou do aviso de contratação direta a fim de verificar se a Contratada mantém as condições exigidas na contratação inicial.
- 5.5-** A Diretoria de Auditoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo poderá, a qualquer tempo, solicitar à empresa CONTRATADA seus documentos e escriturações fiscais e/ou contábeis.
- 5.6-** No curso da execução dos serviços e, quando da sua conclusão, reserva-se o Contratante, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar o fiel cumprimento das especificações exigidas, a fim de assegurar o seu recebimento ou manifestar sua recusa.
- 5.6.1-** Para efeito do disposto neste item, o Contratante registrará as deficiências porventura existentes na execução dos serviços e/ou inobservância dos aspectos de segurança envolvidos, comunicando-as à Contratada para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- 5.7-** A fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse exclusivo do Contratante, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implicando corresponsabilidade do Contratante.
- 5.8-** A fiscalização dos serviços será exercida pelos responsáveis pela Administração de Prédio e/ou Unidade de Trabalho de cada local da prestação dos serviços.
- 5.9-** É vedado ao(a) Gestor(a) ou Fiscais do contrato:
- 5.9.1-** Exercer poder de mando sobre os(as) empregados/empregadas da Contratada, reportando-se somente aos(às) prepostos/prepostas e responsáveis por ele indicados;
- 5.9.2-** Promover acertos verbais com a Contratada; e
- 5.9.3-** Indicar pessoal para ser admitido pela Contratada, ainda que seja para prestar serviços em outro contrato ou outra empresa do mesmo grupo.
- 5.10-** Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, reserva-se ao Contratante, independentemente de qualquer forma que restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre as atividades, diretamente ou por prepostos/prepostas designados(as), podendo para isso:
- 5.10.1-** Ter livre acesso aos locais de execução do serviço;



- 5.10.2-** Exercer a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendo-lhe, também realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela Contratada, efetivando avaliação periódica;
- 5.10.3-** Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregados/empregadas da Contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área seja motivadamente julgada inconveniente.
- 5.11-** A gestão do contrato será exercida por servidor(a), e seu(s) respectivo(s) suplentes, lotados(as) na SAAB 5.1.1 – SERVIÇO DE EDITAIS DE LICITAÇÃO.

### CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 6.1-** O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual dever ser realizado na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do art. 102 do Provimento CSM nº 2724/2023.
- 6.2-** Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no Anexo I – Termo de Referência.
- 6.3-** Na ausência de prazos no Anexo I – Termo de Referência, fica estabelecido que:
- 6.3.1-** O recebimento provisório será realizado em até 10 (dez) dias úteis; e
- 6.3.2-** O recebimento definitivo em até 30 (trinta) dias úteis, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 6.4-** O Recebimento Provisório poderá ser dispensado, quando assim previsto no Anexo I – Termo de Referência.
- 6.5-** Os documentos que comprovem o recebimento provisório e definitivo deverão ser apresentados ao(à) Fiscal do Contrato e, posteriormente, serão juntados no processo de acompanhamento da execução contratual.
- 6.6-** O ateste das notas fiscais, para efeito de pagamento será efetuado com base no objeto do contrato e nos serviços efetivamente prestados, cuja avaliação levará em conta aspectos qualitativos e quantitativos dos serviços.
- 6.7-** Para efeito do disposto no subitem anterior, o(a) responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços contratados, os seguintes aspectos:
- a) a qualidade do material e dos produtos empregados;
  - b) a presteza no atendimento das solicitações da Administração e,
  - c) o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas no contrato.



- 6.8- Caso os serviços não sejam executados nas formas previstas nos Anexos deste Contrato, a CONTRATADA deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da notificação do(a) Fiscal do Contrato, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas aplicáveis.
- 6.9- O recebimento dos serviços, além das condições supramencionadas, dar-se-á em conformidade com o estabelecido no Anexo I – Termo de Referência.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

- 7.1- Pela execução do presente Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores cuja composição está discriminada no Anexo IV – Planilha de Formação de Preços.
- 7.2- No preço convencionado, incluem-se todos os gastos inerentes às obrigações legais e recursos indispensáveis à execução deste Contrato, tais como: impostos, taxas, emolumentos, ensaios, testes, equipamentos, ferramentas, materiais, instrumentos, vistorias, medições, prospecções, avaliações, transportes, seguros, mão de obra com todos os seus insumos, inclusive adicional noturno, projetos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1- O prazo para pagamento será de **30 (trinta) dias** após o ateste definitivo da Nota Fiscal/Fatura pelo Fiscal do Contrato.
- 8.2- Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da lei Estadual nº 6.544/1989, e do Decreto Estadual nº 32.117/1990, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.
- 8.3- Caso a CONTRATADA apresente registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá regularizar a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, devendo a CONTRATADA comprovar a regularização perante a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF do CONTRATANTE, para efeito de regular pagamento.
- 8.4- Para o pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar Notas Fiscais/Faturas, constando o número da Agência e da conta corrente no BANCO DO BRASIL S.A., bem como o número da Nota de Empenho respectivo, que será encaminhada pela Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF à CONTRATADA no momento da sua emissão, as quais serão atestadas definitivamente pelos servidores designados pela

E. Presidência deste Tribunal, e, em seguida, encaminhadas à SOF para o efetivo pagamento.

**8.4.1-** As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido na nota de empenho, neste Contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à CONTRATADA e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis e, nesse caso, o prazo previsto no subitem 8.1 será interrompido.

**8.4.2-** A contagem do prazo previsto para pagamento no subitem 8.1 será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas considerados irregulares.

**8.5-** O recebimento será sempre integral (atesta da Nota Fiscal/Fatura), não se admitindo ateste parcial. Caso não seja possível atestar o recebimento, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (CONTRATADA) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis.

**8.5.1-** Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do item 8.2, desta cláusula.

**8.6-** A CONTRATADA não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste Contrato.

**8.7-** Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no ateste do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que **foi verificada a autenticidade da NF-e**.

**8.7.1-** Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da *chave de acesso* no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os quais seguem respectivamente, [www.fazenda.sp.gov.br](http://www.fazenda.sp.gov.br) ⇒ NF-e ou nota fiscal eletrônica ⇒ Consulta de NF-e de mercadorias ou [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br) ⇒ Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica.

**8.7.2-** No caso de nota fiscal eletrônica, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.

**8.8-** Conforme § 11º, do art. 27 da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, a empresa prestadora de serviços está obrigada a destacar nas notas fiscais, nas faturas ou nos recibos de prestação de serviços emitidos, o valor da retenção para a Previdência Social, na forma estabelecida nos arts. 121 e 122 (Lei nº 8.212, de 1991, art. 31, § 1º; e Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 219, § 4º).

- 8.9-** Será realizada a retenção do Imposto de Renda, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou outra que venha a substituí-la.
- 8.10-** No primeiro faturamento, junto com a Nota Fiscal/fatura, a CONTRATADA estabelecida fora do município do(a) tomador(a) do serviço deverá apresentar, quando a legislação municipal exigir, o cadastro de empresa de que está estabelecido fora do município.
- 8.10.1-** No município de São Paulo o referido cadastro denomina-se CPOM – Cadastro de Empresas de Fora do Município.

### CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

O valor contratado poderá ser reajustado a cada período de 1 (um) ano, contado a partir da data do orçamento estimado (§7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/21), qual seja, 08/04/2026, com base na variação mensal acumulada IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores ao de sua incidência.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR DO CONTRATO

- 10.1-** O valor total do presente contrato é de R\$ \_\_, \_\_ (\_\_\_\_).
- 10.2-** As despesas com a execução deste Contrato correrão à conta da classificação da despesa [XX.XX.XX]– [\_\_\_\_\_] da dotação orçamentária consignada ao Tribunal neste exercício, no Programa de Trabalho 303 – Processo Judiciário do Tribunal de Justiça. As despesas de exercícios futuros correrão a conta da dotação a ser consignada ao Tribunal no orçamento desses exercícios.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 11.1-** O prazo de vigência do presente contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.2-** Após a assinatura do contrato pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, a área gestora expedirá Ofício à CONTRATADA, formalizando a data de início da vigência contratual.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA

O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLEMENTO

- 13.1-** A ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar às infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 será objeto de Processo Administrativo Apuratório nos termos do Capítulo XII – Sanções Administrativas, do Provimento CSM nº 2.724/2023.
- 13.2-** Na penalidade de multa, caso não esteja estipulada nos Anexos deste Contrato, será aplicado o percentual indicado abaixo, observados os limites mínimos e máximos do § 3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:
- 13.2.1-** 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor do Contrato, no caso de suspensão ou interrupção dos serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;
  - 13.2.2-** 2% (dois por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
  - 13.2.3-** 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - 13.2.4-** 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida;
  - 13.2.5-** 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de recusa da CONTRATADA em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Tribunal de Justiça ou pelo Contrato;
  - 13.2.6-** 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor do Contrato, no caso de atraso injustificado de até 30 (trinta) dias para assinatura do contrato, da prestação de garantia ou da execução do serviço, de assistência técnica em bem ou produto em período de garantia ou execução de serviço de garantia em obra.
- 13.3-** A CONTRATADA que der causa à inexecução total do contrato, que dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao

funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, poderá ficar impedido de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos.

**13.4-** A CONTRATADA que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará proibido de licitar e contratar, através da Declaração de Inidoneidade, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**13.4.1-** As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da lei 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida do subitem 13.3, também sofrerão a sanção mencionada no subitem 13.4.

**13.5-** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado, nos termos do artigo 163 da Lei 14.133/2021.

**13.6-** Independentemente da efetivação da extinção contratual, fica facultado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a retenção de quaisquer importâncias devidas ao licitante contratado para pagamento ou amortização, total ou parcial, das multas aplicadas e/ou perdas causadas, sem prejuízo da adoção das medidas acima e judiciais para cobrança do remanescente ou mesmo do valor total devido, caso não seja possível a retenção ora pactuada ou esta seja insuficiente.

**13.7-** O Tribunal de Justiça suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentar o licitante de suas responsabilidades contratuais e civis.

**13.8-** Os valores referentes a multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela CONTRATADA, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº

6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata tempore.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO

Na hipótese de inobservância de qualquer uma de suas cláusulas ou por razões de interesse do Serviço Público, este contrato poderá ser extinto nos termos dos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e terá seu extrato publicado no Diário da Justiça Eletrônico do estado de São Paulo (DEJESP).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS NORMAS

- 16.1-** As partes Contratadas estão sujeitas, além das cláusulas deste contrato, aos termos do Instrumento Convocatório e aos da proposta da CONTRATADA, às normas da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a toda legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com a citada lei.
- 16.2-** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta contratação e extinguir o Contrato celebrado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, quando:
- 16.2.1-** A CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Resolução nº 07/2005, atualizada pela Resolução nº 09/2005, nº 21/2006, nº 181/2013 e nº 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);
- 16.2.2-** A contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados



direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;

- 16.2.3-** A contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;
- 16.2.4-** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATADA declara ter recebido e concordado com a Política de Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e que adere às ações determinadas no Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados, o qual passa a fazer parte integrante deste CONTRATO como ANEXO V.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, será competente o foro da Comarca de São Paulo.

**NADA MAIS.** Lido e achado conforme pelas partes, lavrou-se este Contrato, por todos assinado, atendidas as formalidades legais.

**CONTRATANTE:**

**[REPRESENTANTE DO TRIBUNAL]**

*(assinado digitalmente)*

**CONTRATADA:**

**[REPRESENTANTE DA EMPRESA]**

*(assinado digitalmente)*